



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

MARILU ROBERTA PIMENTEL SANTOS

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE E A CULTURA POPULAR EM  
SANTARÉM DE 1964 a 1984.

Santarém, PA  
Julho/2019

MARILU ROBERTA PIMENTEL SANTOS

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE E A CULTURA POPULAR EM  
SANTARÉM DE 1964 a 1984.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências da Sociedade.

Orientadora Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho.

Santarém, PA  
Julho/2019



**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

- 
- S237m Santos, Marilu Roberta Pimentel  
O movimento de educação de base e a cultura popular em Santarém de 1964 a 1984. / Marilu Roberta Pimentel Santos. – Santarém, 2019.  
80 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.
1. Movimento de educação de base. 2. Igreja Católica. 3. Feiras de cultura popular. I. Carvalho, Luciana Gonçalves de, *orient.* II. Título.
- CDD: 23 ed. 372.1098115

## RESUMO

Esta pesquisa apontou como objetivo geral, analisar as concepções de cultura popular e a atuação da igreja católica por meio do Movimento de Educação de Base tendo por referência as práticas e discursos dos agentes envolvidos nas ações no campo da cultura, em Santarém, no período de 1964 a 1984. Teve como objetivos específicos: reconstruir o histórico do MEB em Santarém, com ênfase em sua atuação no período de 1964 a 1984; identificar e debater a concepção de cultura popular que fundamentavam as ações desenvolvidas pelo MEB em Santarém, tendo por referência práticas e discursos desses agentes; e estudar a atuação da igreja católica por meio do MEB, no sentido de contribuição para a construção das concepções de cultura popular em Santarém. A problematização desta pesquisa baseia-se em compreender as concepções de cultura popular que fundamentavam as ações desenvolvidas pelo MEB em Santarém, tendo por referência práticas e discursos dos agentes envolvidos. A pesquisa desenvolveu-se no que consiste a abordagem das análises qualitativas e a história oral, orientada pelo materialismo histórico-dialético, para elucidar as proposituras das questões abordadas no fenômeno das relações sociais. No tocante aos procedimentos metodológicos da coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, pesquisa de campo e pesquisa iconográfica, direcionada por entrevistas semiestruturadas, ordenadas por formulários com perguntas abertas. Nos discursos dos atores da pesquisa evidenciou-se diferentes concepções de cultura popular, pois na visão dos mesmos a cultura popular é geracional, os hábitos e costumes cultivados pelo homem passa de pai para filho. Esta pesquisa proporcionou um conhecimento específico sobre a relação que se estabeleceu entre o homem do campo e sua cultura, a relação entre o meio ambiente seus espaços de produção oportunizando melhor entendimento da dinâmica entre o meio e sua capacidade de produção. O MEB ajudou o homem do campo na sua formação educacional, a partir da sua necessidade de educar-se para a vida em coletividade, utilizando o rádio para difundir conhecimento e diminuir o índice de analfabetismo existente nas comunidades amazônicas naquele período.

**Palavras-chave:** Movimento de Educação de Base. Cultura Popular. Igreja Católica. Feiras de Cultura Popular

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the conceptions of popular culture and the work of the Catholic Church through the Basic Education Movement, with reference to the practices and discourses of the agents involved in the actions in the field of culture in Santarém, in the period of 1964 to 1984. It had specific objectives: to reconstruct the history of the MEB in Santarém, with emphasis on its performance in the period from 1964 to 1984; to identify and debate the conception of popular culture that founded the actions developed by the MEB in Santarém, with reference to practices and discourses of these agents; and to study the work of the Catholic Church through MEB, in the sense of contributing to the construction of conceptions of popular culture in Santarém. The problematization of this research is based on understanding the conceptions of popular culture that founded the actions developed by the MEB in Santarém, with reference to practices and discourses of the agents involved. The research was developed in what consists the approach of qualitative analyzes and oral history, guided by historical-dialectical materialism, to elucidate the propositions of the issues addressed in the phenomenon of social relations. With regard to the methodological procedures of data collection, we used bibliographic research, documentary research, field research and iconographic research, guided by semi-structured interviews, ordered by forms with open questions. In the speeches of the actors of the research different conceptions of popular culture were evidenced, since in their view the popular culture is generational, the habits and customs cultivated by the man passes from father to son. This research provided a specific knowledge about the relationship that was established between the man of the field and its culture, the relationship between the environment and its production spaces, providing a better understanding of the dynamics between the environment and its production capacity. The MEB helped the rural man in his educational formation, from his need to educate himself to life in community, using the radio to spread knowledge and to reduce the illiteracy index that existed in the Amazonian communities in that period.

**Keywords:** Basic Education Movement. Popular culture. Catholic church. Popular Culture Trade Shows

Dedico este trabalho aos meus pais, minha mãe Maria Santana e meu pai Manuel Roberto, pessoas incríveis pelo amor e apoio dedicados a mim. Dedico também de maneira especial a minha filha Ana Clara e ao meu filho Gabriel (In memória). Vocês são luz na minha vida e a razão pela qual eu siga lutando por dias melhores.

## **AGRADECIMENTOS**

A Universidade Federal do Oeste do Pará, por me oportunizar a formação em nível de Mestrado e a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos meus pais, pelo apoio constante, aos meus filhos Ana Clara por muitas vezes caminhar sozinha em suas atividades escolares e até familiares possibilitando que muitas vezes eu pudesse fazer minhas atividades acadêmicas sem interrupções o que para ela não deva ter sido momentos confortáveis, ao Gabriel meu filho que mesmo tendo passado pouco tempo no meu ventre me ensinou a sentir minhas dores sem nunca desistir dos meus sonhos. Aos meus irmãos pelo apoio, aos meus amigos especialmente Regina Teodósio, Kerlanny Amaral, Sheyla Gama, Alcinea Lídia, Leida Caldeira, Israel Santos e Jorge Eimar pelos incentivos e conforto nos meus momentos de dor e desesperos por ocasião da perda do meu filho. Grata e perdão pela ausência.

A minha orientadora Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho por quem tenho carinho, respeito e admiração. Agradeço pelas contribuições durante o mestrado, pela liberdade com a pesquisa, pela disposição em me atender sempre que podia, por entender as minhas limitações e angústias de pesquisadora iniciante, com contribuir para meu crescimento profissional e me proporcionar condições de subir mais um degrau na escala da formação, por me incentivar através de seu exemplo de vida e de professor a seguir a diante.

Aos professores do Programa de Ciências da Sociedade por terem contribuído para minha formação acadêmica alguns desde a graduação e agora no mestrado. A professora Solange Ximenes pelas contribuições desde a graduação até a minha qualificação. A professora Aurenice Gabler pelo apoio e por conceder documentos e entrevistas para que eu pudesse melhor compreender sobre o Movimento de Educação de Base no Brasil e em Santarém.

Aos atores sociais que atuaram direta ou indiretamente no Movimento de Educação de Base e que participaram da pesquisa me permitindo vivenciar momentos de aprendizado, foi uma experiência prazerosa.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa FORMAZON – Grupo de Formação de Professores na Amazônia Paraense - pelo convívio enriquecedor e momentos de debates, críticas e apoio. Em especial a Rosana Rocha, que dividiu constantes experiências e apoio antes e durante a pesquisa.



Ao amigo Antônio José Bentes, pelo incentivo ao Mestrado e pelo apoio no momento de dor e desespero, por acreditar na minha capacidade de produzir e ajudas sugestões de problemáticas sobre meu objeto até que pudesse concluir esta pesquisa. Grata por tudo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – D. Thiago Ryan e Osmar Simões, um importante radialista da época, presentes na abertura da I Feira da Cultura Popular .....	42
Figura 2 – Time vencedor do torneio feira de 1970 .....	44
Figura 3 – Pose das rainhas da feira de 1970 .....	45
Figura 4 – Time de futebol “32” .....	45
Figura 5 – Da esquerda para a direita, Dom Thiago (de camisa branca), o prefeito Paulo Lisboa (de camisa escura), e o representante do MEB, Caldas, na abertura da feira.....	46
Figura 6 – Caldas discursa na solenidade de abertura.....	46
Figura 7 – Aurenice Gabler e outras personalidades na solenidade de abertura da feira .....	46
Figura 8 – Público e bandeiras .....	47
Figura 9 – Cerimônia do Laço de Teçume .....	48
Figura 10 – Cerimônia do Laço de Teçume .....	48
Figura 11 – Barracas .....	49
Figura 12 – Barracas .....	49
Figura 13 – Rainha e princesas eleitas na feira de 1976 .....	50
Figura 14 – Desfile de Maria Assunção de Sousa, Rainha da Feira de 1976.....	50
Figura 15 – Premiação da Rainha da Feira, Sebastiana Freitas.....	51
Figura 16 – Apresentação de boi-bumbá na feira de 1978.....	51
Figura 17 – Barraca de Antônio Monteiro .....	52
Figura 18 – Candidatas a misses .....	52
Figura 19 – Premiação de Manuel Roberto.....	54
Figura 20 – Desfile de abertura da feira de 1982 .....	54
Figura 21 – Barraca da feira de 1982 .....	55
Figura 22 – Premiação por Sampaio Brelaz.....	55
Figura 23 – Aurenice Gabler no show musical de 1982 .....	56
Figura 24 – Apresentação de Manuel Roberto em 1984.....	56
Figura 25 – Premiação de Manuel Roberto em 1984.....	57

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNER – Campanha Nacional de Educação Rural
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DCDP – Divisão de Censura de Divisões Públicas
- IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MCP – Movimento de Cultura Popular
- MEB – Movimento de Educação de Base
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PT – Partido dos Trabalhadores
- RENEC – Representação Nacional de Emissoras Católicas
- SAR – Serviço de Ação Rural
- Sirena – Sistema Rádio Educativo Nacional
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO DE 1964 A 1984</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>A ditadura militar e os movimentos sociais no Brasil</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>O Movimento de Educação de Base</b>	<b>22</b>
<b>2.3</b>	<b>O Movimento de Educação de Base em Santarém</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>REFLEXÕES SOBRE CULTURA POPULAR CONCEITUAÇÃO, CATEGORIAS ANALÍTICAS E ABORDAGENS POLÍTICAS</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>O conceito de cultura</b>	<b>32</b>
3.1.1	Cultura erudita, Cultura popular e Cultura de massa	34
<b>4</b>	<b>A FEIRA DA CULTURA POPULAR NO ÂMBITO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM SANTARÉM</b>	<b>38</b>
<b>4.1</b>	<b>Informações preliminares</b>	<b>38</b>
<b>4.2</b>	<b>Trajectoria histórica da Feira da Cultura Popular em Santarém</b>	<b>41</b>
<b>4.3</b>	<b>A dimensão política das Feiras de Cultura Popular em Santarém (1964 – 1984)</b>	<b>59</b>
<b>5</b>	<b>O MEB E A FEIRA DA CULTURA POPULAR NA VISÃO DOS PARTICIPANTES</b>	<b>61</b>
<b>5.1</b>	<b>Os Sujeitos da pesquisa</b>	<b>61</b>
<b>5.2</b>	<b>O envolvimento com o MEB</b>	<b>63</b>
5.2.1	Motivações para ingresso no MEB	63
5.2.2	Atividades de interesse	66
<b>5.3</b>	<b>Visões da Cultura das atividades do Movimento de Educação de Base</b>	<b>68</b>
5.3.1	A Cultura como eixo transversal	68
5.3.2	As relações entre a Igreja, o MEB e a cultura na ditadura	71
5.3.3	A concepção de cultura entre os entrevistados	72
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata do movimento de educação de base e a cultura popular em Santarém de 1964 a 1984. Esse foi um período de efervescência política e de difusão de ideias e iniciativas voltadas para a valorização da cultura popular na região, notadamente a cultura da população rural. À frente de tais iniciativas, destacou-se o engajamento de membros religiosos e leigos ligados ao MEB, que, entre outras atividades, conduziram a realização da Feira da Cultura Popular em Santarém, além de programas de formação de lideranças e educação radiofônica, este último executado em parceria com a Rádio Rural de Santarém.

O MEB e suas ações foram projetados pelo então bispo de Santarém, Dom Thiago Ryan, na década de 1960, fazendo parte de um movimento eclesial e de um projeto de educação de base e evangelização que visavam, entre outros objetivos, à erradicação do analfabetismo e à formação integral como parte de um processo de emancipação social. As ideias projetadas pelo referido bispo surgiram a partir das suas viagens pastorais ao Nordeste do Brasil, onde observou atentamente o trabalho de formação de catequistas para a educação, que embasou a implantação do MEB no Baixo Amazonas.

Dentre as diversas pautas do MEB, esta pesquisa elegeu a atuação do movimento no sentido de promover a afirmação e a valorização de uma identidade cultural local. Para isso, se fez necessário discutir a perspectiva dos sujeitos políticos à frente desse movimento eclesial, a fim de compreender a associação que faziam entre a educação (incluindo o domínio da leitura e da escrita) e a cultura, ambas concebidas como instrumentos de formação de uma consciência crítica sobre a realidade. Nessa perspectiva, tanto a moradores egressos das comunidades foi apresentada a seguinte questão: a atuação da igreja católica, por meio dos movimentos de cultura popular promovidos pelo MEB em Santarém, pode ser considerada ou não, um elemento constitutivo para o fortalecimento da identidade cultural e formação da intelectualidade dos atores sociais envolvidos nas atividades no período de 1964 a 1984?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as concepções de cultura popular e a atuação da igreja católica, por meio do Movimento de Educação de Base tendo por referência as práticas e discursos dos agentes envolvidos nas ações no campo da cultura, em Santarém, no período de 1964 a 1984. Seus objetivos específicos foram: reconstruir o histórico do MEB em Santarém no período de 1964 a 1984; identificar e debater a concepção de cultura popular que fundamentavam as ações desenvolvidas pelo MEB em Santarém, tendo por referência práticas e discursos desses agentes; e estudar a atuação da igreja católica por meio do MEB, no sentido de contribuição para a construção das concepções de cultura popular no município.

No intuito de reconstituir a ação integrada do MEB nos campos da educação e da cultura popular visando à emancipação das comunidades locais, foram consideradas narrativas de atores centrais do movimento. Assim, foram ouvidos ao longo da pesquisa sujeitos que tiveram diferentes formas de participação e conexão com o MEB na cidade e em comunidades rurais.

Esta pesquisa iniciou no período de graduação no curso de licenciatura em História, quando, na oportunidade da elaboração do TCC, foi notada a forte presença da Igreja Católica no campo da cultura popular em Santarém, especialmente por intermédio de ações que seus membros promoveram no âmbito do MEB. Na graduação em Pedagogia, dediquei-me a pesquisar a contribuição desse movimento à educação no campo. Desse modo, as conexões do MEB com diferentes setores da vida social local têm sido um tema constante de inquietação acadêmica.

Por outro lado, o tema desta dissertação também faz parte de uma trajetória pessoal, já que, no decorrer do trabalho como docente em comunidades rurais nos anos 2000, vários alunos (adultos numa faixa etária de 40 e 65 anos) relataram vivências de seus pais no trabalho comunitário, nos movimentos sociais e especialmente na Igreja Católica. Os relatos evidenciaram o nível de conhecimento dessas pessoas que, mesmo com baixa escolaridade, repassaram uma educação de base aos filhos, apontando princípios para uma sociedade mais equilibrada na relação com os outros e com o meio ambiente.

Essas pessoas são detentoras de muitos conhecimentos e da história do próprio lugar por terem participado da construção de suas comunidades, dos seus primeiros grupos escolares, da igreja, da associação, de sindicatos de trabalhadores rurais e de movimentos políticos. Elas guardam na memória histórias de vida e de resistência no lugar, relatam a trajetória da comunidade em que vivem em vários momentos, lembrando sempre o passado como referência significativa para a configuração atual do presente.

Ademais, este estudo, expressa, sobretudo, a vivência pessoal, desde a tenra idade, em uma comunidade ribeirinha no Distrito do Arapixuna e as recorrentes indagações sobre a valorização e afirmação da identidade local/regional, construída na diversidade dos povos, suas perspectivas de reprodução no espaço e no tempo da realidade amazônica.

Assim, a percepção dos caboclos (digna de inspiração) – ribeirinhos de comunidades amazônicas acerca dos rios, da roça, da casa de moradia, da casa de farinha, dos ambientes florestais, aquáticos, das festas de santos, artesanatos, esporte, lazer etc., como elementos antrópicos que dão forma ao mundo vivido e às vezes apresentam escassez, mas geram sentido à organização econômica, social e política no cotidiano da comunidade. Para o

homem elaborar qualquer reflexão sobre a natureza ele necessita fazer a mediação com a cultura e/ou representações, portanto o homem não pode dissociar as dimensões materiais e simbólicas da vida – consciência, linguagem, representações, costumes, que permitem conhecer o espaço em que vivem.

Nesse espaço se forma a comunidade, por meio do trabalho e das experiências de vida concretas de cada homem ou mulher, que, no contexto geral resulta na produção e reprodução da vida material e simbólica, revelando diferentes modos de ser, fazer e viver os sonhos, as esperanças, as alegrias, revelando a dimensão do tempo histórico. Nas diversas comunidades ribeirinhas da Amazônia, o cotidiano perpassa uma relação geracional de pai para filho.

Cada comunidade, em seus limites geográficos, evidencia semelhanças e diferenças em relação a outras, em esferas como a religião, a cultura, as tradições etc. O crescimento demográfico provoca o surgimento de novas comunidades, revela sua complexidade, altera a mobilidade no trabalho, estimula as pessoas trabalharem e estudarem em outras localidades de acordo com suas necessidades/possibilidades e novas oportunidades vão surgindo nas comunidades mais desenvolvidas.

Ao focar essa Amazônia povoada por um número de comunidades, não se pode considerar um espaço de vazios demográficos, ainda que esses espaços sejam menos habitados que outras localidades, pois elas representam o lugar, a existência e o pertencimento a partir de suas identidades. A noção de identidade agrega a ideia de reconhecimento pelos outros e o autorreconhecimento, porquanto, afirmar-se como população ribeirinha na Amazônia significa o reconhecimento como ser social com identidade própria, tornando-se sujeito pertencente ao lugar que desenvolve suas práticas de acordo com suas especificidades.

Este trabalho pretende contribuir não só no processo de formação de profissionais interessados na discussão da regionalidade amazônica, mas também pode ser fonte de contribuição para fortalecimento da memória histórica da população regional e sua trajetória de construção e reprodução socioeconômica e territorial.

A abordagem deste estudo caracteriza-se recorrendo à pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (2001), traz expressões com um nível de realidade que não pode ser quantificado por considerar o universo de significações, aspirações, valores e atitudes, o que os torna irredutíveis à operacionalização de variáveis. São designadas como qualitativas por interpretar os fatos a partir do significado do que as pessoas falam e fazem, sendo um importante recurso para análise dos dados por se apoiar em multiparadigmas para a compreensão.

A pesquisa envolveu levantamento de campo, bibliográfico, documental e iconográfica. O levantamento teórico se constitui com informações coletadas em livros impressos e *online*, artigos, monografias e teses de doutorado. Os documentos, projetos, relatórios e anuários correspondentes aos dados de cunho regional foram acessados no Instituto Boanerges Sena, na biblioteca particular de propriedade da Profa. Aurenice Gabler, ex-coordenadora do MEB e na Cúria da Igreja Católica, bem como, os relatos dos respondentes da pesquisa. A fim de assegurar a profundidade da coleta de dados e captar as características ou singularidades dos sujeitos e suas intervenções no processo, utilizou-se um diário de campo para registro de atividades e fases previstas na pesquisa. Entrevistas semiestruturadas e história oral foram técnicas utilizadas nesse processo, bem como a organização para interpretação dos dados e análise de conteúdo.

Outro recurso utilizado nas atividades de pesquisa foi o registro por meio de fotografias permitindo documentar o tempo, do dia a dia dos acontecimentos, assentindo com Marim e Castro (2004), para quem “a fotografia representa e congela no tempo esses pequenos momentos da experiência social”.

Considerando a necessidade de documentar a experiência vivida pelos sujeitos objeto de estudo desta pesquisa bem como a inexistência de dados documentais suficientes para a elaboração deste trabalho, optou-se por adotar como recurso metodológico a história oral, cuja “peculiaridade decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações socioculturais” (ALBERTI, 1990, p. 5). Desse modo, os dados aqui apresentados baseiam-se nos relatos orais coletados junto aos pesquisados, uma vez que tais relatos apresentam a história e revelam a memória dos atores locais expressando seus modos de ser, viver, produzir e as condições de existência.

A história oral, segundo Alberti (2000) é uma metodologia surgida em meados do século XX, com o advento da invenção do gravador à fita, sendo um importante aliado para estudar história contemporânea e “consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado”. Para Chizzotti (2011), é por meio da história oral que o investigador reúne informações de uma ou mais pessoas sobre eventos, seu contexto, suas causas e efeitos, possibilitando o alcance de informações não registradas ou inacessíveis para a compreensão do seu objeto de estudo. Ainda para o autor, as fontes da história oral podem ser primárias, cujas falas e registros escritos e/ou magnéticos são de testemunhas oculares dos acontecimentos pesquisados; e secundárias, que são relatos de pessoas que não estiveram presentes no evento, mas analisam e/ou discorrem sobre o acontecido.



Na pesquisa de campo empreendida, o agente da pesquisa é abordado no seu ambiente, “a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador” (SEVERINO, 2007 p, 123). A pesquisa documental, por sua vez, focaliza toda forma de registro e sistematização de dados colocando-os em condições de análise à luz das interpretações do pesquisador (a) e tem a natureza de coleta de dados, de onde se tem a identificação e o levantamento das fontes do objeto pesquisado. Daí o registro dos dados utilizados no decorrer deste trabalho.

O projeto de estudo foi apresentado aos agentes da pesquisa através de uma visita domiciliar, onde definiu-se data e local para a realização da entrevista. Na ocasião, falou-se do termo de consentimento livre esclarecido que, conforme a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), é indicado para preservar a identidade, garantir a validade e confiabilidade das informações.

Revelada como instrumento privilegiado, a entrevista, por meio do diálogo, da conversa com finalidade, dados, informações, sistemas de valores, representações, perspectivas, pode ser considerada fundamental no processo de pesquisa. Nessa lógica, o tipo de entrevista selecionado foi a semiestruturada, por ser uma opção que oferece ao pesquisador (a) a oportunidade de alterar o roteiro à medida em que recebe as respostas do (a) informante. Cada entrevista foi guiada por um roteiro estruturado com perguntas abertas, aplicado pela autora deste trabalho e pesquisadora auxiliar com mestrado na área das ciências sociais aplicada.

Dos sujeitos selecionados para a pesquisa, participaram pessoas de ambos os sexos, sendo: 01 (uma) ex-coordenadora do Movimento Educação de Base – MEB em Santarém nas décadas de 1960 a 1980; 03 (três) representantes da comunidade das regiões de Arapixuna que assumiam ou cargo de presidente da comunidade ou presidente do Clube esportivo ou liderança local e participaram como expositores de barracas nas 1ª, 7ª e 10ª edições da feira de cultura popular entre os anos de 1969 a 1984; 01 (um) cantor e compositor vencedor da competição “A Voz de Ouro” na edição de 1981; 01 (uma) vencedora do concurso “Rainha da Feira de Cultura Popular” no ano de 1981; e 01 (um) sacerdote na condição de diretor/fundador da Rádio de Educação Rural de Santarém e integrante desta Diocese.

Desta maneira, com a contribuição da pesquisadora auxiliar, o procedimento de coleta dos relatos orais, orientado pelo roteiro com perguntas abertas, também usou um celular para gravação das falas e registrar a individualidade no modo de falar e na história contada, bem como, os recursos do transcritor de áudio *Speech Texter* do Google Chrom<sup>®</sup>e<sup>®</sup>. Nominado de

Sujeitos e seguido da numeração na ordem em que foram entrevistados, as coletas ocorreram entre os dias 02 a 13 de abril de 2019, sendo o sujeito 1 entrevistado de 19h às 20h, no seu local de trabalho e no dia 04/04/2019 os Sujeitos 2 e 3, recebendo-as em suas casas, estando o Sujeito 2 no horário 16h às 17h30 e o Sujeito 3 das 19h às 20h. Já o Sujeito 4 foi ouvido das 11h às 12h do dia 05/04/2019, no seu local de trabalho. O dia 06/04/2019 foi reservado para os Sujeitos 5, 6 e 7 das comunidades Aninduba e Carariacá, respectivamente nos horários: 9h às 10h, 10h às 11 e 12h às 13h. O Sujeito 5 as recebeu na escola da comunidade e os demais em suas residências. O Sujeito 8, por sua vez, escolheu a residência da família para sua fala e seu relato ocorreu das 15h às 16h no dia 07/04/2019. A coleta dos relatos orais se encerrou com a fala do Sujeito 9, às 12h do dia 13/04/2019 em sua casa.

A transcrição das entrevistas foi baseada nas orientações de Azevedo *et. al* (2017) que define como naturalista a que preserva os diferentes elementos da entrevista por ser minuciosa e transcrever exatamente como é dito; e a não-naturalista que transcreve de maneira mais polida e seletiva, omitindo os elementos idiossincráticos – gaguez, pausas... – do discurso. Neste estudo utilizou-se a não-naturalista, a fim de preservar as características próprias e exclusivas dos agentes da pesquisa.

A análise de narrativa para Chizzotti, (2011) atende uma variedade de formas em pesquisa e a análise do discurso “recobre um amplo aspecto de teorias e práticas correspondente a objetivos e finalidades diversas e nutrem uma diversidade de orientações de pesquisa e disciplinas”. Para toda a sistematização dos resultados da pesquisa seguiu-se as considerações metodológicas da abordagem qualitativa considerando as fases circunstanciadas nos relatos orais a fim de responder as indagações definidas para este estudo e a análise dos resultados organizou-se a partir da interpretação da pesquisadora fundamentada nas informações coletadas, estabelecendo uma relação com os estudos teóricos que referenciam este trabalho, a análise de narrativa e do discurso, bem como a análise dos resultados da pesquisa.

Nessa lógica, este estudo está organizado em seis capítulos, onde no primeiro capítulo está uma concisa apresentação dos pontos abordados na pesquisa e o segundo, expõe o contexto político no Brasil no período ditatorial e a ação da Igreja Católica e do MEB nesse cenário. O terceiro capítulo traz reflexões sobre cultura popular e o percurso histórico das feiras de cultura popular delinea-se no quarto capítulo. No quinto capítulo apresenta-se a sistematização, análise e discussão dos dados e no sexto capítulo, as considerações finais das indagações orientadoras desta pesquisa.

## **2 O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO DE 1964 A 1984**

Neste capítulo, apresenta-se o contexto da Ditadura Militar no Brasil no período compreendido entre os anos 1964 a 1984 trazendo reflexões para o entendimento deste objeto com análise sobre o contexto político e social no Brasil e na Amazônia Paraense, notadamente no município de Santarém – Pará. Na sequência, a pesquisa referênciava a Igreja Católica e sua vertente evangelizadora, entre estas, o Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>1</sup> como ação pastoral, cujo principal objetivo era a erradicação do analfabetismo para reforçar os efeitos da catequese. O contexto do MEB, sua origem, metodologia e as matizes voltadas à educação e cultura estão devidamente articulados neste capítulo.

### **2.1 A ditadura militar e os movimentos sociais no Brasil**

A ditadura militar instaurada no Brasil em março de 1964, ao pôr fim ao governo de João Goulart, inaugurou uma era de acentuação das desigualdades sociais e supressão de direitos políticos e sociais. Em seu contexto, sobressaíram abusos e ações violentas de repressão a manifestações que, “para profundo desagrado de liberais e conservadores”, haviam conduzido “[a] um avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras sem precedentes na história social brasileira” (TOLEDO, 1997, p. 32).

De acordo com Colares (1998, p. 51), o governo de Goulart havia levado ao auge da mobilização política e social, “inclusive com grande participação de estudantes e intelectuais atuando junto aos setores marginalizados da sociedade, com ações que misturavam assistencialismo, conscientização, incentivo à participação e à contestação política”. Essas ações compreenderam, entre outros, movimentos de cultura popular e de educação de base, e contribuíram para que a política começasse a “alcançar, de forma intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas” (TOLEDO, 1997, p. 32).

Em reação, o golpe militar produziu-se a fim de impor à população brasileira, em especial aos segmentos que se organizavam pela conquista e garantia de direitos civis e sociais, um sistema político-social disciplinador, alienador e silenciador, segundo o qual

---

<sup>1</sup> **O Movimento de Educação de Base.** Disponível em: [www.meb.org.br](http://www.meb.org.br). Acesso em: 06 de maio de 2016.

aquilo não estava proibido era obrigatório. A partir do golpe, o cidadão não tinha o direito de expressar criticidade ou reivindicar publicamente o direito de ir e vir, ou era visto como comunista.

O golpe de Estado que derrubou em 1964 presidente João Goulart tipificou o conjunto das operações que a CIA desenvolveu e aprimorou, e com tais procedimentos ela conseguiu desestabilizar o governo e permitir a sublevação dos militares, a pretexto de restaurar a ordem e evitar o comunismo. (VALLE, 2014, p. 18).

O poder dos militares era usado com coerção sobre a população, contra qualquer expressão de pensamento, opinião, sugestão na direção do fortalecimento das lutas e ações incentivadoras de manifestações coletivas reivindicando garantias de direitos. O intuito dos militares era disseminar a opressão em nome da “ordem”, cerceando os processos democráticos no país,<sup>2</sup> sobretudo o direito civil expresso, por meio do voto, na escolha de seus dirigentes.

No período ditatorial, o movimento artístico era vigiado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)<sup>3</sup>, órgão federal responsável pela fiscalização das produções artísticas e culturais com o objetivo precípua de censurar qualquer manifestação artística contrárias às ordens e à ideologia do governo. Cantores e compositores passavam, portanto, por um momento de exceção sobre todas as expressões, seja em poesia, música, teatro, novela, produção de livros etc. As canções ficaram sujeitas a impedimentos de serem tocadas nos meios de comunicações, show, festivais ou qualquer outra forma de manifestação, principalmente se tivessem conteúdos e evidências a despertar consciência crítica sobre a realidade política, econômica e social do país.

De 1964 até o final dos anos de 1970, a autocracia burguesa obstaculizou a organização sindical dos trabalhadores do campo e da cidade. Os espaços físicos dos sindicatos foram alvos de decretos-leis que alteraram a natureza dessas entidades, transformando-as em locais de prestação de serviços assistenciais e centros de recreação. Ao mesmo tempo, dirigentes sindicais e lideranças comunitárias mais influentes sofriam

---

<sup>2</sup> Segundo Linz e Stepan (1996) os processos democráticos organizam-se de acordo com as necessidades de cada coletivo de modo específico, como mulheres, negros, homossexuais, trabalhadores, estudantes e artistas, entre outros grupos, aglutinados em prol dos mesmos objetivos e com os mesmos interesses. Para esses autores, “um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas anti-sistêmicas é pequeno ou isolado da atitude predominantemente entre as forças pró-democráticas” (LINZ; STEPAN, 1996, p. 6).

<sup>3</sup> A DCDP era subordinada ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça. Exercia uma atividade oficial, com funcionários da carreira, regulamentada por uma vasta legislação que definia o que os brasileiros poderiam ouvir, ver e expressar. A prática da censura, justificada pelo regime como uma forma de cuidar da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira, assumiu, na verdade, uma função voltada para o controle político de todo meio ou produto artístico-cultural que pudesse vir a contestar a ditadura instalada.

perseguições e torturas pelos militares, que inibiam a organização popular e o fronte de lutas contra o regime.

Contudo, o governo não foi capaz de impedir manifestações e greves (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), e, apesar da conjuntura política desfavorável à mobilização popular, multiplicaram-se os espaços de discussão e as reivindicações democráticas formuladas no âmbito dos movimentos sociais. Tanto os trabalhadores do campo como os da cidade se organizavam e participavam de reuniões e planejamentos clandestinamente, pois eram vigiados. Expressando sua resistência ao regime, portanto, as bases dos movimentos se formaram para o enfrentamento da violação de direitos e a livre expressão. Ao abordar o conceito de resistência, Kehl (2014, p. 342) destaca dois elementos:

O primeiro: o campo da resistência sempre se definiu em torno da convicção de uma correlação de forças adversas – a ditadura é o inimigo mais forte e que se impõe. Resistem os que sobraram ou optaram por lutar; por isso, essa é uma prática política que se sustenta num exercício de esperança – assume uma derrota e, simultaneamente, declara uma esperança de vitória. Sua prática incluiu um conjunto significativo de compartilhamento de valores do mundo público como esperança e prudência. E, sobretudo, coragem política, isto é, o gesto de deixar a proteção do anonimato do mundo privado e protagonizar uma ação na cena pública. Quem faz isso sabe que corre riscos: o inimigo é superior em forças; não existem garantias; e, caso seja preso, estará sem recurso e sem defesa. O segundo elemento definidor do conceito: a luta de resistência (sob qualquer forma) que ocorre quando se quebra o Estado de Direito e se rompem os princípios e valores que o organizam. Essa é uma luta que se forma em torno dos direitos, da legalidade, da justiça. Quem participa dela não o faz exclusiva ou prioritariamente em nome de uma bandeira ideológica ou de um projeto político partidário. Sua essência é a defesa da liberdade.

As chamadas Ligas Camponesas, formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945, posteriormente apoiadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), expressavam a mais ativa organização política no campo. As ligas constituíram um dos movimentos mais expressivos em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no meio rural. Tinham como bandeiras de luta a resistência popular e o fortalecimento das ações coletivas. No período ditatorial no Brasil, os trabalhadores rurais, associados às Ligas Camponesas, foram alvos dos militares e, quando presos, eram sumariamente executados.

Neste contexto, Martins (1989) defende que a resistência camponesa significa mais do que uma luta pela terra, representando uma verdadeira luta pela preservação de um modo de vida baseado no trabalho coletivo do mutirão e na preservação da agricultura familiar. Os camponeses, então, formavam um coletivo de massas que buscavam recuperar a sociabilidade entre parentes, compadres e vizinhos, como alternativa real à degradação e à miséria (MIRANDA; FIÚZA, 2017, p. 125).

Nesse processo, destacou-se, em 1975, a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica. Por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a CPT foi instituída para defender os direitos humanos e fomentar a organização social e política trabalhadores rurais, posseiros e peões, como resposta à grave situação vivenciada por esses segmentos, frequentemente expulsos das terras que ocupavam, explorados no trabalho e submetidos a condições análogas à escravidão.

Em que pese às forças repressoras que puniram padres, leigos e agentes de pastoral e as lideranças populares com a morte, a tortura e a prisão, a CPT realizou um amplo trabalho de conscientização e mobilização popular nas zonas rurais, baseado no espírito crítico de orientação dos camponeses e na mediação dos conflitos agrários e ambientais. No decorrer do tempo, a comissão adquiriu caráter ecumênico, com a incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e com o apoio a trabalhadores pertencentes a diferentes agremiações religiosas.

Outros movimentos emergiram, contrapondo-se à ditadura, no campo e na cidade, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), iniciado no final da década de 1970, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sendo que ambos receberam apoio da igreja católica. Em 1984, emergiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com ações de oposição ao modelo de reforma agrária proposto pelo governo militar nos anos de 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas com o objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica.<sup>4</sup>

Apesar da tentativa de minimização do papel político do movimento sindical brasileiro do campo e da cidade face à conjuntura do regime militar, eles se reinventaram assumindo o protagonismo da educação popular e sindical e reposicionando a organização como base para a consciência de classe. Entre 1964 e 1984, registrou-se não só a consolidação de movimentos sociais de várias frentes, mas também a fundação de partidos políticos e o fortalecimento de partidos já existentes no cenário nacional. Assim, os movimentos sociais proporcionaram à população do campo e da cidade maior capilaridade para manter-se unida em diferentes lutas e frentes de resistência à retirada de direitos (sobretudo a terra, saúde e educação) e pela preservação de modos de vida próprios.

Na Amazônia, as lutas camponesas se multiplicaram, tendo em vista a vastidão do seu território e suas especificidades geográficas, bem como o longo histórico da ocupação de

---

<sup>4</sup> O modelo agrário na ditadura estabeleceu-se de maneira concentradora, seletiva, com uma modernização agrícola que não incluiu a pequena agricultura. Contrariamente a esse modelo, o MST passou a buscar a redistribuição das terras improdutivas, como informa o movimento em seu próprio sítio eletrônico (<http://www.mst.org.br>).

regional. Quando o golpe militar se abateu sobre o Brasil, as sociedades amazônicas viviam em diferentes realidades, nos campos, nas águas e nas florestas, mas também nas cidades. Porém, a maioria da população regional se utilizava basicamente da caça, da pesca artesanal, do extrativismo e dos produtos da agricultura familiar para subsistência. Seus hábitos e costumes variavam de acordo com suas culturas, tão distintas quanto os diferentes povos e comunidades tradicionais que a ocupavam.

Esses povos e comunidades foram particularmente impactados com a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230) durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974). Considerada como a terceira maior rodovia do Brasil, ligando Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas, sua construção foi emblemática da proposta política da ditadura militar para a Amazônia. Sob o pretexto e o lema da integração ao restante do país, esta região foi alvo de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão da fronteira agrícola, que desrespeitou modos de vida locais e direitos costumeiros constituídos.

Durante a ditadura militar, portanto, e especialmente a partir da década de 1970, a Amazônia viveu a eclosão de movimentos sociais cuja formação é objeto de histórias registradas nos livros, mas também na memória de lideranças políticas daquela época. Em Santarém, especificamente, o Pe. Edilberto Sena (2014, p.184) informa que:

[...] desde o final da década de 1970, os movimentos sociais, num rastro da Cabanagem, representavam avanços na conscientização e na compreensão do direito de ter direitos humanos, pessoais e coletivos. O sindicalismo rural conquistado das mãos dos pelegos, a partir da organização Lavradores Unidos de Santarém, foi estímulo para outros trabalhadores rurais, e pescadores de outros municípios também conquistarem a direção e darem novo rumo a seus sindicatos.

De acordo com o sociólogo Antônio José Mota Bentes, destacou-se nesse período a criação do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), que inicialmente foi chamado Grupo de Estudo da Terça-Feira. Esse grupo reunia, segundo ele, lideranças do movimento social e eclesial para o estudo da conjuntura e para a educação popular a fim de subsidiar a atuação das lideranças locais em sindicatos, movimentos estudantis e partidos políticos. Alguns dos princípios do grupo eram a defesa dos direitos de autodeterminação dos povos indígenas e a resistência contra a implantação dos grandes projetos na Amazônia (BENTES, 2014).

Na avaliação do Pe. Sena, o GDA foi responsável pela introdução da questão ambiental na pauta política de Santarém, alcançando também os segmentos urbanos e contribuindo, sob nova inspiração, para a abordagem de uma multiplicidade de questões

sociais e, conseqüentemente, para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no município que ele classifica como “uma novidade na política partidária, em plena ditadura militar” (SENA, 2014, p.185). Sobre o GDA, Sena (2014, p. 184) enfatiza:

Este foi pioneiro no processo de discussões e compreensão sobre a necessidade de se cuidar da mãe natureza e dos direitos dos povos indígenas nesta região. Não se pode esquecer que foi na década de 80 que o movimento urbano de associações de moradores deu os primeiros passos, impulsionado pela teologia da libertação que inspirava alguns padres e leigos/as a ligar a fé evangélica com a luta social urbana.

Tanto o padre quanto o sociólogo supramencionado concordam que as organizações sociais e políticas em Santarém foram, na maioria, impulsionadas pelos movimentos eclesiais da Igreja Católica, nomeadamente o Movimento de Educação de Base (MEB), a Catequese Rural e a Rádio Rural de Santarém.

Para isto muito contribuiu a Igreja Católica através do Movimento de Educação de Base – MEB, da Catequese Rural e da Rádio Rural de Santarém. Unindo fé e vida, seguindo o método de educação do Mestre Paulo Freire, foi feito o alicerce da consciência cidadã que facilitou a luta dos trabalhadores rurais (SENA, 2014, p. 184).

O apoio e a participação direta de membros da Igreja Católica na formação e manutenção das agremiações e movimentos de diferentes segmentos sociais foram fundamentais para fomentar a vida política da população santarena, com atenção a causas diversas, no período da ditadura militar. A efervescência das organizações sociais e políticas na Amazônia e em todo o Brasil, entre as décadas de 1960 a 1980, foi o contraponto à contumaz negação de direitos que a ditadura operou.

Nesse contexto, um dos maiores obstáculos enfrentados nas ações catequéticas e políticas da Igreja Católica era o analfabetismo amplamente disseminado nas comunidades rurais e periferias brasileiras, em geral, isoladas e dotadas de baixo poder de acesso a bens e serviços. Então, partindo do princípio de que a educação é fundamental para um povo consciente e organizado, dotado da força necessária para reivindicar e fazer valer seus direitos, a Igreja envidou esforços para criar meios de informar, formar e conscientizar grupos mais desfavorecidos da população brasileira. Suas principais ações, nesse sentido, fizeram parte do Movimento de Educação de Base, popularmente chamado MEB.

O MEB, na verdade, havia sido criado poucos anos antes do golpe militar, como mostraremos na próxima seção, no âmbito de uma parceria entre o governo federal e a Igreja Católica. Na época, o próprio governo entendia que o analfabetismo comprometia o



desenvolvimento do país, e, de fato, no início dos anos 1960, 50% da população brasileira era analfabeta, e o Brasil era o 6º país com maior índice de analfabetismo no mundo (GABLER, ALMEIDA; FILHO, 1996).

## **2.2 O Movimento de Educação de Base**

Desde a década de 1930, transformações teológicas e políticas operadas no interior da Igreja Católica promoveram uma profunda reflexão e revisão de seus métodos de ação, sobretudo na América Latina. Nesse contexto, um amplo corpo de sacerdotes formulou uma nova concepção do ser humano, não mais visto como um ser desencarnado e isolado de sua comunidade, mas como o homem concreto que deveria, antes de tudo, salvar a sua terra e seus irmãos. Pondo em prática o método “ver-julgar-agir”, essa vertente da Igreja adotou como objetivo evangelizar o homem por meio de uma forte, corajosa e consciente ação social.

No Brasil, bispos católicos confrontados com a extrema pobreza, o analfabetismo e a ignorância religiosa da maioria da população, impulsionaram a formação de um movimento educativo no país, mobilizando religiosos e os leigos em projetos voltados para superar aquelas deficiências. Contudo, agir sobre essa complexa realidade exigia das equipes envolvidas conhecimento técnico e científico. Para isso, era necessário formar quadros de evangelizadores e educadores com capacidade pedagógica de aplicar métodos adequados para concretizar o que almejavam.

Com a finalidade de discutir melhores formas de ação, a Representação Nacional de Emissoras Católicas (RENEC), órgão do Secretariado Nacional da Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, promoveu, em 1960, o 1º Encontro de Educação de Base, na cidade de Aracaju, estado de Sergipe. Após o evento, a CNBB e o então presidente Jânio Quadros mantiveram entendimentos para envidar esforços no sentido de estruturar uma ação comum com o objetivo de oferecer educação básica à população das áreas menos desenvolvidas do Brasil, concentradas principalmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O governo assumiu o compromisso de fornecer recursos financeiros e contribuição pessoal para o programa de educação de base que a CNBB desenvolveria, inspirada na experiência de alfabetização em massa implementada pelo Padre Salcedo nas montanhas remotas da Colômbia. Apoiado na máxima católica “Vão pelo mundo todo e preguem evangelho a todas as pessoas”, extraída do Evangelho de Marcos (Cap.16:15), esse sacerdote havia criado um método original de comunicação com seus paroquianos: instalou uma

emissora na casa paroquial, fabricou aparelhos de rádios-cativos e distribuiu entre eles. Essa experiência permitiu-lhe alcançar, de forma simultânea, milhares de camponeses, como relata D. Luciano (1979, p. 93):

Em Sutatenza, nas montanhas remotas da Colômbia, um sacerdote “bricoleur”, o Padre Salcedo, descobrira um método original de comunicar-se com seus paroquianos: instalara uma emissora na casa paroquial e fabricara rádios-educativo, distribuindo pelos quatro cantos da extensa paróquia.

Inspirada nesse exemplo, a CNBB passou a implantar, de forma sistemática, as escolas radiofônicas como alternativa de enfrentamento do déficit educacional no país, focando o público adulto. No ensejo, objetivava promover uma educação mais ampla e integral, que não se limitava simplesmente à alfabetização, mas focava na ampliação do acesso à cultura pelos povos católicos e na instrumentalização da sociedade para acompanhar de maneira consciente o desenvolvimento eminente dos povos, particularmente dos povos latino-americanos. Abriu-se, assim, o ciclo das Escolas Radiofônicas para difundir conhecimento e conscientizar a população das cidades e do interior do Brasil.

Assinale-se que o uso da radiofonia com fins educativos não constituía propriamente um método novo, pois em 1947 já havia experiências de promoção de educação de adultos através de escolas radiofônicas no Brasil, sendo que em 1958 fora criado pelo Ministério da Educação o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA). Em 1960, esse sistema já contabilizava 47 emissoras transmitindo programas educativos, além do Serviço de Ação Rural (SAR) na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, e dos programas da RENEC.<sup>5</sup>

Em 1961, os sistemas de aulas radiofônicas das dioceses, juntamente com os setores de educação de base da RENEC, passaram a constituir o Movimento de Educação de Base, um novo organismo que nascia da fusão desses dois órgãos para coordenar e executar todo o trabalho de educação do sistema de radiodifusão do país. A coordenação do movimento sediou-se no Rio de Janeiro, com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, e sua atuação começou pelo Nordeste □ especificamente nos estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Ceará □ e pela região central do Brasil □ precisamente no estado de Goiás.

---

<sup>5</sup> A proliferação da radiodifusão para educação no Brasil nos anos 1960 fez parte de um processo mais amplo vivenciado na América Latina, onde, na mesma época, tornava-se crescente o uso de métodos radiofônicos de transmissão de aulas e programas educativos destinados a populações isoladas, distantes do progresso social, vivendo em condições de pauperização, com dificuldade de acesso a serviços públicos e em situação de difícil integração geopolítica.

A educação popular de base era entendida pelo MEB como o mínimo necessário para humanização do povo pela ação da inteligência. Era premissa do movimento fornecer ao homem elementos capazes de incentivar a tomar consciência de si mesmos e, daí, pela própria iniciativa, crescer, ascender a todos os níveis, descobrir seus valores e apreender a lutar para alcançar os seus direitos (WANDERLEY, 2010, p. 29).

Três eixos de ação constituíam os alicerces do MEB: escolarização, grupalização e animação popular. Procurando ser fiel ao pensamento da Igreja e atento à legislação educacional em vigor, o movimento acompanhava a tendência da época, buscando promover integralmente o homem por meio de atividades de alfabetização, conscientização e outras formas individuais e coletivas de educação que garantissem a dignidade e inserção de cada qual no processo de construção de uma sociedade baseada nos princípios de justiça e liberdade.

Juridicamente, ele apoiava-se no Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/1961, segundo a qual a educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) O respeito à dignidades e as liberdades fundamentais do homem;
- c) O fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) O desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) O preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitem utilizar as possibilidades de vencer as dificuldades no meio;
- f) A preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, nem como a quaisquer preconceito de classe e raça.

Metodologicamente, as iniciativas de educação popular do MEB realizavam-se por meio de programas radiofônicos com recepção organizada por equipe de educadores. Estes, por sua vez, baseavam-se no Método Paulo Freire, que consiste em alfabetizar através de palavras do universo vocabular do cotidiano. Esse método privilegiou tanto o teor pragmático das mensagens para fundamentar as discussões, quanto os fonemas necessários ao ensino da leitura, uma vez comprovado que o analfabetismo era consequência da crise e não a causa dela.

A metodologia do movimento envolvia a criação de uma vida comunitária em torno de cada escola, despertando o espírito da iniciativa coletiva a partir do fomento de uma visão

crítica entre os participantes. Portanto, seu papel principal era promover ações conscientizadoras à população, transformando a alfabetização em uma oportunidade para aprender a ler, escrever e compreender as causas das desigualdades sociais que refletiam no cotidiano da maioria dos brasileiros, para, assim, criar as condições de uma ação organizada em busca de melhorias na qualidade de vida e à emancipação humana.

Com tal atuação política, o MEB foi pressionado por contingenciamentos desde sua fundação até o Golpe Militar de 1964, padecendo com cortes de verbas para operacionalização das escolas. Com o advento da ditadura, porém, também passou a sofrer com a censura e a inoperância governamental, que se abateram como uma capa de chumbo a sufocar o país e a tentar destruir o movimento.

Segundo relatos, durante os mais de vinte anos de exceção no Brasil, formadores e monitores do MEB sofreram inúmeras dificuldades. Leigos e bispos foram perseguidos com repressão e fiscalização a todo o conjunto de suas atividades. Consequentemente, líderes católicos e dos movimentos sindicais e sociais precisaram alterar formas de abordagem às comunidades nesse período de exceção. Os “mebianos”, como eram chamados, encontravam-se às escondidas, na clandestinidade, a fim de planejarem todos os passos do movimento, que, segundo o padre Edilberto Sena (2014), foi obrigado a recuar nos anos 1980 porque as circunstâncias não permitiam a continuidade de todo o projeto de transformação social que havia iniciado.

Contudo, mesmo em condições adversas e com recuos, o MEB contribuiu significativamente para que as camadas populares se organizassem não apenas para lidar com as questões políticas, ambientais, econômicas e sociais que as atingiam, mas também para buscar o próprio desenvolvimento cultural. Nesse sentido, Ghiraldelli (1991 p. 120-121) destaca a importância de sua articulação com os Centros Populares de Cultura e Movimentos de Cultura Popular.

Os Centros Populares de Cultura (CPC) e os movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB), foram grandes protagonistas das ações de várias tendências e grupos de esquerda preocupados com a problemática cultural das classes trabalhadoras [...]. À medida que o pensamento social-cristão se reformulou, caminhando para uma forma mais progressista, o MEB foi redefinindo sua linha e tornando-se com os CPC e os MCPs, um amplo movimento que visou buscar a transformação das mentalidades em busca de mudanças sociais efetivadas pelo povo.

Assim, enquanto lideranças comunitárias, sindicais, estudantis e religiosas, entre outras, eram torturadas, mortas e reconhecidas como mártires, o MEB articulava-se,

promovendo ações educativas, culturais e catequéticas, em paralelo a outras, de conscientização e mobilização popular, engrossando os movimentos sociais insurgentes.<sup>6</sup>

Atualmente, o MEB é constituído como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, sediada no Distrito Federal e vinculada à CNBB. Autodefine-se como uma rede em permanente movimento, com capacidade de renovação e abertura ao diálogo, que é formada por grupos sistemáticos e pessoas simpatizantes articuladas em torno do compromisso de transformação social e enfrentamento das injustiças a partir da pluralidade e a diversidade de visões. Como missão, destaca a promoção integral e humana de jovens e adultos, através do desenvolvimento de programas de educação popular voltados à superação da exclusão social.

### **2.3 O Movimento de Educação de Base em Santarém**

O Movimento de Educação de Base iniciou-se em Santarém em meados de 1964, quando Dom Thiago Ryan assumiu a Prelazia do Baixo Amazonas<sup>7</sup> e entendeu que o analfabetismo era um fator impeditivo para o efetivo processo de evangelização da população rural, então majoritária no município. Logo após visitar comunidades do interior, Dom Thiago, correlacionando o baixo acesso à catequese religiosa com a alta taxa de analfabetismo que encontrou, começou a organizar uma equipe exclusiva para o trabalho de educação popular, colocando à sua disposição um prédio em Santarém, uma embarcação e uma emissora de rádio, a Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém Ltda.

Junto com os agentes de catequese rural, essa equipe mapeou as comunidades onde iniciaria o trabalho. Seu objetivo central era disseminar a educação popular simultaneamente à evangelização e à promoção humana. Assim, a Prelazia fomentou o surgimento de centenas de igrejas/capelas nas localidades, além de escolas, colégios e assistência social à população. Ao mesmo tempo, também investiu na capacitação de leigos para expandir a evangelização nas comunidades enquanto se formavam novos padres.

Os núcleos de catequese disseminados por diversas localidades, segundo a estatística da Prelazia, atingiram 23.427 famílias, totalizando 133.417 pessoas. Esses núcleos funcionavam não apenas com centro de atividade religiosa local, mas também como elemento de desenvolvimento comunitário, fomentando a formação de líderes comunitários, alguns dos

---

<sup>6</sup> Entre eles destacam-se movimentos sociais do campo, movimento estudantil, Ação Popular Movimentos de Educação, Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Sistema Rádio Educativo; Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Sistema Paulo Freire e Freire da Cultura Popular.

<sup>7</sup> A Prelazia corresponde a uma área geográfica de atuação da Igreja Católica.

quais passam a colaborar estreitamente com o sacerdote, na imensidão do interior Amazônico (Jornal do Baixo Amazonas, 1978).

A partir de 1965, o MEB manteve uma rede de escolas radiofônicas em Santarém, utilizando, para atingi-las, a faixa de frequência das ondas da Rádio Rural (AM 710). Sediado na Prelazia, onde também funcionava a Cúria, o MEB era coordenado pelas professoras Aurenice de Araújo, Iêda Campos, Zuila Lemos e Francisca Carvalho e outros que ministravam aulas através do rádio.

Essas aulas eram acompanhadas, presencialmente, nas chamadas Escolas Radiofônicas, por um monitor, escolhido entre os moradores que soubesse ler e escrever. As pessoas se dirigiam a um barracão na comunidade, onde ouviam as aulas e no mesmo local, recebiam orientação de uma pessoa já alfabetizada para realizar as atividades. A maneira como as aulas eram conduzidas através do rádio, mais o acompanhamento de monitores próximos, motivavam os alunos-ouvintes e aumentavam o interesse em aprender a ler e a escrever. Em que pese à inexistência de energia elétrica nessa época, as comunidades utilizavam um lampião<sup>8</sup> como fonte de iluminação.

Uma equipe de supervisores acompanhava os trabalhos dos monitores, tirando dúvidas, esclarecendo sobre as atividades e desenvolvendo um trabalho de organização comunitária nas localidades atendidas. Como exemplo, Justino Sarmiento, os irmãos Norberto e Gabriel Pinto, Arderico Pereira, Eulógio Cruz, Benedita Pereira e muitos outros desempenharam esses papéis.

De 1965 a 1967 a equipe do MEB foi basicamente constituída por agentes voluntários ou gratificados com o rendimento advindo da operação da Rádio Rural, ou, ainda, por servidores do governo do Estado a serviço da Prelazia. Esse grupo promoveu uma série de ações voltadas à educação, à cultura e à formação humana, nas três dimensões estruturantes do movimento que pretendia, simultaneamente, diminuir os índices de analfabetismo das comunidades rurais, capacitando-as para a compreensão da realidade e para a participação consciente e responsável na construção de uma sociedade verdadeiramente justa e humana.

A educação, então, era compreendida como algo muito além de um processo formal que possibilita às pessoas o acesso ao conhecimento, à escrita e à leitura; era, de fato, concebida como um ato político de construção de uma outra escola e um outro homem, expressão de uma condição de cidadania e esperança de se perceber e ser percebido pela

---

<sup>8</sup> Lampião era uma botija de gás e um suporte de metal com uma saída de gás, onde colocava a chamada camisinha de lampião no alto, muito utilizado pelas comunidades tradicionais para iluminar os barracões e outros espaços onde aconteciam as aulas radiofônicas e outras atividades nas comunidades.

sociedade, como afirma Brandão (1981). O que o MEB visava era um tipo de educação que os grupos populares proporcionam a si próprios, uma forma de educação menos oficial e menos enquadrada nos programas focados na relação professor-alunos.<sup>9</sup> Era, portanto, um tipo de educação que transcendia o exercício da leitura, da escrita e do cálculo, e primava por uma forte dimensão política de expressão da consciência de classe e de pertencimento a coletivos de sujeitos históricos que se encontravam em processos de luta por direitos, identidade e valorização sociocultural.

Como se vê no Relatório do MEB em 1979, a concepção “mebiana” de educação de base coadunava-se com a definição dada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO):

Educação de Base é o mínimo de Educação que tem por fim ajudar as crianças e os adultos, privados da vantagem de uma educação escolar, a compreenderem os problemas do meio em que vivem, a fazerem uma ideia dos seus direitos e deveres, tanto coletivos como individuais, e a participarem mais eficazmente do progresso econômico e social da comunidade da qual fazem parte. Ela tem igualmente, um trabalho que visa o despertar a consciência e a dignidade da pessoa humana e a desenvolver o sentimento de solidariedade cultural e moral da humanidade.

Essa concepção embasava os processos de educação de base realizados pelo MEB através das Escolas Radiofônicas implantadas nas comunidades santarenas, os quais incluíam o acompanhamento sistemático a elas. Esse tipo de educação, conforme o MEB, servia ao meio rural tanto quanto ao meio urbano, na medida em que, independente dos perfis socioeconômicos do público, estimula a transformação e a libertação da sociedade como um todo, conectando o homem a uma função social e transmitindo-lhe um sentimento de valor. Concomitantemente, propiciava todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro (Relatório do I Encontro de Coordenadores, Recife, 1962).

Conectando a educação à cultura, segunda dimensão fundamental do projeto do MEB, o recurso à cultura popular era frequente nas ações pedagógicas promovidas pelo movimento, as quais, em geral, principiavam pelo conhecimento das necessidades e realidades locais na direção de uma ação transformadora. Valorizavam-se os diversos saberes adquiridos pelas comunidades nos espaços naturais que habitavam, seu conhecimento

---

<sup>9</sup> Como afirma Brandão (2012), a educação popular é a negação da negação, e não apenas um método de conscientização humana, mas um processo de trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções. É, por exemplo, a educação que um operário recebe, fora da fábrica e agora fora da escola, dentro do sindicato, que ele recebe de sua agência de classe e através de sua participação pessoal em processos e momentos de trabalho.

empírico e suas manifestações culturais que tomavam a natureza como fonte de simbolização e significação da vida (LEFF, 2009).

O MEB na Amazônia considerou em sua plataforma pedagógica todos esses aspectos para entender a função social de cada grupo específico e atua sobre sua realidade. Notadamente no município de Santarém, as ações educativas fomentadas pelo MEB conjugavam-se à apresentação de grupos folclóricos, danças e cordões. Essas produções culturais eram canalizadas para apresentação na “Feira da Cultura Popular” – um evento ímpar a cada ano. Durante meses, os grupos folclóricos das comunidades se reuniam para ensaiar com vista às apresentações que seriam realizadas durante as noites de feira. Além disso, faziam-se Caravanas de Cultura Popular que dinamizavam publicações, artesanato, música, canto, dança, folclore, cinema e o próprio rádio.

As ações de valorização cultural, por sua vez, ligavam-se a outras dimensões da formação humana, atuando no plano das ideias a fim de despertar nas pessoas o sentido simbólico das suas ações. Destaca-se entre elas a dinâmica grupal chamada “Círculo de Cultura”, realizada em formato de reunião nas comunidades para promover sua reflexão sobre a visão de mundo e os problemas da atualidade. Esses círculos utilizavam a metodologia dialógica com debate, seguida do processo de alfabetização – ensinar a ler e escrever, partindo das palavras do cotidiano das comunidades. A noção mais refinada tendia a entrelaçar as noções de cultura e consciência histórica.

Em suma, estando em boa parte fundamentado nas concepções freirianas de educação, o processo pedagógico do MEB afastava-se da educação formal implementada na sociedade, a mesma sociedade que potencializava a divisão de classes. Logo, na dimensão da formação humana, terceiro eixo do movimento, buscava-se desconstruir mitos prevalentes na sociedade, como tais apontados por Freire (2005, p. 159):

O mito de que todos são livres para trabalhar onde quiserem. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-los e procurar outro emprego.

O mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço.

O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a serem empresários – mais ainda o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica.

O mito da igualdade de classe, quando “sabe com quem está falando?” é ainda uma pergunta de nossos dias.

O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedoras da ordem materialista.

O mito da sua caridade, de sua generosidade, quando o que fazem, enquanto classe, é assistencialismo, que se desdobra no mito da falsa ajuda que no plano das nações, mereceu segura advertência de João XXIII.

O mito de que as elites dominadoras, “no reconhecimento de seus deveres”, são as promotoras do povo, devendo este, num gesto de gratidão, aceitar a sua palavra e conformar-se com ela.



O mito de que a rebelião do povo é um pecado contra Deus.  
O mito da propriedade privada, com fundamento do desenvolvimento da pessoa humana, desde, porém, que as pessoas humanas sejam apenas os opressores.  
O mito da opressão dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos.  
O mito da inferioridade “ontológica” destes e da superioridade daqueles.

Como se vê, o MEB operou processos multidimensionais, indo além do campo rádio-educativo. Segundo Leroy (1989), ele efetivamente representou um importante instrumento da ação catequética, social e política da Igreja Católica na Amazônia, constituindo um espaço de resistência e luta pela liberdade e pelos direitos em Santarém. Se um de seus objetivos era levar o homem a tomar consciência de sua dignidade como pessoa humana, à imagem e à semelhança de Deus, sua estratégia pedagógica fomentou a reflexão sobre a realidade da vida a fim de contribuir para a transformação da sociedade, incomodando setores econômicos e políticos poderosos.

Com a ditadura militar e o evidente acirramento da repressão imposta aos movimentos sociais, o MEB também sofreu perdas na Amazônia e em Santarém. Segundo Sena (2014), seu principal recuo ocorreu nos anos 1980, quando passou a enfatizar iniciativas de ajuda mútua por meio dos grupos de alfabetização, dos clubes de mães, cursos de primeiros socorros, clubes de revenda, promoção de movimentos culturais, reduzindo a visão do comunitário às dimensões de sua comunidade ou, no máximo, de um município. Esse recuo, de acordo com Sena (2014, p. 72-73) levou ao encerramento do MEB na diocese de Santarém, na década de 1990.

É verdade que o MEB mudou de ritmo na década de 80, por imposição da ditadura militar. Sem mais recursos financeiros de fora das igrejas europeias, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil buscou apoio financeiro do governo. Jarbas Passarinho, então ministro da educação da ditadura, aceitou doar toda ajuda financeira mediante a mudança da equipe formadora do MEB em Brasília. A CNBB entrou no jogo do ministro coronel e o MEB perdeu rumo e força, até que já na década de 90 não tinha mais o que oferecer e fechou na diocese de Santarém. O MEB não despertava a consciência revolucionária, mas despertava a consciência sensível aos problemas da região e cultivava o sentido da solidariedade, que era seu limite, pelo menos achava ser o começo que poderia prosseguir para uma mudança social mais ampla, se houvesse uma organização com tal estratégia. Talvez se Marina Bandeira e seus colegas da equipe central do MEB original em Brasília, tivessem continuado, a consciência crítica teria ajudado o amadurecimento político que preconizava o método Paulo Freire. Mesmo assim, foi de grande apoio ao trabalho de formação da Oposição Sindical Lavradores Unidos, de Santarém. Isso já na segunda metade da década de setenta.

Até então, o MEB se constituiu como um trabalho de grande vulto, com suas aulas radiofônicas e suas equipes de supervisores, ensinando não só a ler e escrever como também

efetuando treinamentos na área de saúde, agricultura, vida no lar, vida em comunidade e civismo. Muitos reconhecem que as populações de Santarém tiveram duas fases distintas □ uma antes e outra depois do MEB, da Rádio Rural, do Sistema Rádio Educativo e do Movimento Brasileiro de Alfabetização, sendo esta última a melhor (Jornal do Baixo Amazonas, 1978).

### **3. REFLEXÕES SOBRE CULTURA POPULAR: CONCEITUALIZAÇÃO, CATEGORIAS ANÁLITICAS E A ABORDAGEM POLÍTICA.**

Este capítulo apresenta a conceitualização de cultura popular, as categorias analíticas e as abordagens perpassadas pelo senso comum e pela epistemologia. A concepção de cultura popular, em sua dimensão política é transversal.

#### **3.1 O conceito de cultura**

No conceito de cultura introduz-se a ideia de tempo, um tempo preciso, contínuo, linear e evolutivo. E pouco a pouco, cultura torna-se sinônimo de progresso. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização.

No conceito de cultura introduz-se a ideia de tempo, mas de um tempo muito preciso, isto é, contínuo, linear e evolutivo, de tal modo que, pouco a pouco, cultura torna-se sinônimo de progresso. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização. (CHAÚÍ, 2008, p. 5).

Chauí (2008) defende a ideia de cultura como evolução e progresso, aproximando-se da visão iluminista do século XIX. De certo modo, os estudos históricos, sociológicos e antropológicos apontam que por meio da cultura a formação do intelecto é mais qualificada, altera o comportamento social e produz uma nova visão sobre as coisas e fatos. O comportamento social, a visão de mundo e a relação com passado passam a ter outro sentido na medida em que o contato com a música, com as artes e a escrita proporciona o conhecimento a partir da troca de experiência com aquilo que é percebido no universo cultural. Por meio dessa relação, o sujeito modifica seu comportamento e o modo de ver as coisas. Traz para si um novo olhar a respeito da sociedade dividindo-a em grupos

diferenciados, onde cada grupo tem seus espaços próprios de socialização tendo como referência o que entende por cultura.

A compreensão da palavra cultura pode também gerar divergências, a depender da história de vida do ator social.

As alternativas nesse venerável conflito entre utilitarismo e um enfoque cultural podem ser colocadas da seguinte forma: se a ordem cultural tende ser concebida como a codificação da ação intencional e pragmática do homem, ou se, ao contrário, a ação humana do mundo deve ser compreendida como medida pelo projeto cultural, que ordena imediatamente a existência da prática, a prática ordinária, e o relacionamento entre as duas. (SAHLINS, 2003 p. 61).

Para Chauí, cultura é um conceito abrangente, que compreende:

a “produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano. (CHAUÍ, 2008. p.57)

A cultura se desenvolve em processos históricos diversificados, ela se materializa na relação dos homens, dos grupos sociais, nas suas necessidades fisiológicas, nas suas linguagens, concepções de mundo, nas suas relações com diversos grupos. Por meio da cultura se revela a identidade dos vários agrupamentos humanos que se diferenciam entre si e, ao mesmo tempo, compartilham formas de se relacionar como os outros homens e a natureza.

Cada sociedade possui sistemas simbólicos, códigos, ocasiões especiais, cerimônias, atividades distintas, sistemas de status e de hierarquia que lhes são próprios. Esses elementos formam um conjunto de significados e expressam uma codificação, portanto, a cultura está em toda parte, estando presente em todos os aspectos das relações humanas por meio dos códigos e convenções simbólicas. Mas, esse sistema de símbolos é produto do processo de produção e reprodução do homem no tempo e no espaço. Portanto, deve ser estudado no contexto sociohistórico e interrelacionado com outras realidades da vida social do grupo.

A cultura homogeneizada é produto da indústria cultural e das políticas culturais oficiais que se constituem em padrões elaborados por especialistas e marcam os interesses das

classes dominantes disseminados pela sociedade. Nesse aspecto repousa a dominação de classe, enquanto dominação ideológica, tanto no plano material quanto no plano espiritual que é o plano das ideias. No dizer de Chartier (1995) cultura é um processo dinâmico, logo não está passível de cristalização como se ela fosse imutável. Quando ela se altera, não é para desaparecer, mas para se preservar.

Nesse sentido, a massa representa um coletivo de representação de várias frentes sociais e que por meio da divulgação das produções culturais constrói novos “valores” em cima daquilo que inicialmente era fundamentado nos costumes e tradições de um povo em sintonia com as questões naturais de sua existência, portanto aquilo que está dentro de nós.

Se a cultura originalmente significa lavoura, cultivo agrícola, ela sugere tanto regulação como crescimento espontâneo. O cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalcitrância da natureza. Mas a cultura também é uma questão de seguir regras, e isso também envolve uma interação entre o regulado e o não regulado... (EAGLETON, 1943 p. 13)

Assim diz Eagleton (1943, p.13): “o cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalcitrância da natureza. Mas a cultura também é uma questão de seguir regras, e isso também envolve uma interação entre o regulado e o não regulado”. Afirma o autor que a própria palavra “cultura” compreende uma “tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade, que “censura o intelecto desencarnado do iluminismo tanto quanto desafia o reducionismo cultural de grande parte do pensamento contemporâneo”. É portanto, a ideia de um projeto consciente mas também de um excedente não planejável.

### 3.1.1 Cultura Erudita, Cultura Popular e Cultura de Massa

A definição de cultura erudita está nos discursos mais antigos. O erudito pode ser sinônimo de cultura elaborada, cultura das elites e mais acessada por sujeitos com grande capacidade intelectual. É caracterizada como algo valoroso, único em riqueza e sabedoria. Está relacionada às artes, à música e a tudo que contribui para a formação do intelecto. Essa categoria de cultura parece estar ligada às questões do tempo com referência há um passado onde poucos eram os que acessavam os espaços físicos mais expressivos, onde aconteciam as manifestações culturais. Essa intelectualidade, é concebida a partir desse contato com as artes, portanto, é uma visão refinada sobre aspectos de uma determinada cultura.

Na visão de Burke (1978, p. 48), existe três pontos fundamentais sobre a noção de cultura popular: o primitivismo, o comunalismo e o purismo. (i) O primitivismo localizava a origem das expressões populares em um tempo remoto indeterminado. Valorizava o selvagem, o natural e o exótico em lugar da arte, considerada polida e culta. O distante e o popular eram equipados; (ii) o comunalismo foi a teoria, formulada pelos irmãos Grimm, segundo o qual a poesia popular florescia espontaneamente, não existindo autor nem estilo individualizado. Na cultura popular, o papel da tradição e do passado da comunidade seria maior do que do indivíduo e a comunidade seria a dualidade singular; e (iii) purismo, finalmente, falava das qualidades da produção popular como expressão da natureza inculta, simples, instintiva e irracional do próprio povo. (CAVALCANTE, 2012.p.82).

A cultura popular segundo Chartier é uma categoria erudita o autor traz para a nossa reflexão dois modelos de descrição e interpretação sobre a cultura popular:

O primeiro no intuito de obter toda forma de etnocentrismo cultural concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreduzível a da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos então, de um lado uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrando em si mesmo, independente, e, de outro lado, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada. (CHARTIER. 1995, p. 179)

Conforme o autor, esses dois modelos trazem reflexões sobre o comportamento social de grupos específicos: (i) o primeiro, reflete um sistema simbólico carregado de sentidos e significados agregado de valores comuns de um coletivo leigo sem intervenção da cultura letrada; e o (ii) segundo, reflete fundamentalmente as práticas mais pontuais de uma parcela da sociedade que tende a dominar uma classe sobre a outra. É popular aquilo que é muito conhecido, que vende muito, que agrada há muitos e que tem maior penetração na vida social.

A cultura popular traz significâncias a partir do modo de vida natural de determinada população. É reconhecida e prestigiada por expressar valores identitários onde os atores se envolvem por se reconhecerem dentro da tradição. O conceito conjuga outros construtos como: regionalismo, primitivismo, passado ameaçado de se perder, purismo e tradição. Recupera o sentido de processo de criação, associado ao fazer e não ao saber. Tem o papel de manutenção de tradições e práticas que sem a valorização podem se perder em meio às transformações do mundo industrializado e urbano. Entretanto, nem sempre a palavra popular

denota uma concepção positiva, algumas vezes assume uma conotação pejorativa e associada a nível intelectual e artístico baixo “em atraso”.

Cultura popular é também confundida com o folclore. Muitos estudiosos identificam no folclore, características própria da cultura popular, por expressar o tradicionalismo cultural das manifestações populares, conforme diz o autor:

os estudos sobre folclore no Brasil estão entre as formas de conhecimento que, ao problematizarem o plano da cultura, indagam sobre a natureza peculiar do ser brasileiro. Na primeira metade do século XX, os estudos demarcam um campo intelectual pelas noções de nação, identidade nacional, brasilidade e cultura brasileira (VILAS BOAS, 1989).

É paradoxal pensar em cultura popular como folclore, como práticas e objetos considerados tradicionais, resultante da cultura culta de outras épocas. Como sinônimo de tradição e reafirmação dos acontecimentos do passado; e ao mesmo tempo, pensar sobre as sucessivas modificações nas práticas, nos objetos, nas manifestações como se algo tivesse deturpando as tradições e se transformando-as em curiosidades. Essa transformação, novas produções e modificações dos eventos culturais, mesmo na perspectiva da afirmação de um patrimônio, procure ser fiel à tradição e ao passado, é impossível deixar de agregar novos significados e conotações no processo de reconstrução. Essa modificação “é parte de uma reflexão sobre a história da cultura e da arte que, em grande medida, escapa aos produtores “populares” da cultura”. (AUTOR, ANO.pg 19).

Todo o movimento que gira em torno da cultura é também percebida e dita como cultura popular, pois são representações de um passado presentes nos espaços de memórias. Por isso, cultura popular tem muitos significados. Representa também, alguma forma de saber ou como uma forma de resistência contra a dominação de classes. Tem dois pontos de vistas dicotômicos: (i) primeiro se refere à tecnologia e conhecimento do universo, como evento do futuro; (ii) e outro, como forma de expressão artística, como evento do passado.

Nessa produção da arte reside um esforço em modificar, sob o signo da estética e da didática, os eventos artísticos chamados populares. Esse esforço, transmuta as manifestações da cultura de um povo, especialmente para ocultar o aspecto da pobreza, do dito “grosseiro”, de “mau gosto” e reconstruem o que a cultura elitizada pode, e interessa consumir. Nesse sentido, "cortam-se as raízes que, na verdade, é festa, é expressão de vida, sonho e liberdade (pg 20). O autor se refere à cultura popular como visão negativa da categoria povo/massa em contraposição à visão elitizada de sociedade. Isso posto, considera uma concepção de caráter etnocêntrico e autoritário.

O que se pode perceber é que a cultura passa a ter outros significados e que cultura popular e cultura de massa diferem mas ao mesmo tempo caminham lado a lado.

Ora, *cultura popular* também não é um conceito tranquilo. Basta lembrarmos os três tratamentos principais que ela recebeu. O primeiro, no Romantismo do século XIX, afirma que cultura popular e a cultura do povo bom, verdadeiro e justo, ou aquela que exprime a alma da nação e o espírito do povo; o segundo, vindo da Ilustração Francesa do século XVIII, considera cultura popular o resíduo de tradição, misto de superstição e ignorância a ser corrigido pela educação do povo; e o terceiro, vindo dos populismos do século XX, mistura a visão romântica e a iluminista; da visão romântica, mantém a ideia de que a cultura feita pelo povo só por isso é boa e verdadeira; da visão iluminista, mantém a ideia de que essa cultura, por ser feita pelo povo, tende a ser tradicional e atrasada com relação ao seu tempo, precisando, para atualizar-se, de uma ação pedagógica, realizada pelo Estado ou por uma vanguarda política. (CHAUI, 2008. p.58)

A cultura popular expressa uma vertente política, seja como cultura ou como arte. Como cultura não atravessa a massa consumidora, não tem qualidade artística; e como arte popular expressa a qualidade artística e de cunho profissional. No início dos anos 60, a cultura popular na sua vertente política foi discutida pelo Centro de Cultura Popular (CPC) a partir da constituição da identidade social num processo dinâmico transversal com as artes e outras esferas da vida social, portanto, a organização, a condição e o modo de participação na sociedade revela a produção de cultura popular.

Para o autor, a concepção de cultura popular, não tem relação com a tradição de um determinado povo, nem ao purismo. Está relacionada a uma cultura de massa que é uma categoria que passa a ser estudada pelas ciências humanas a partir da década de 40, defende junto com outros autores a ideia de cultura de massa assentada na dominação capitalista, direcionada ao consumo em larga escala e como nova cultura. As definições tem suas perspectivas sociológicas, históricas e antropológicas e compõe um discurso sobre a vida social. Pode ser considerada um movimento recente percebido no século XIX. Segundo os estudos históricos, essa definição surge a partir da década de 40, com a eclosão dos meios de comunicação ao perceberem que um público maior teria acesso de maneira mais rápida às inovações da época (LIMA, 1978).

Com o advento da comunicação e da industrialização tecnológica, a cultura de massa passou a ser conhecida, conforme assevera o autor:

O moderno fenômeno da *cultura de massa* só se tornou possível com o desenvolvimento do sistema de comunicação por *media*, ou seja, com o progresso e a multiplicação vertiginosa dos veículos de massa – o jornal, a revista, o filme, o disco, o rádio, a televisão. Como causas subjacentes necessárias, mencionam-se os fenômenos de urbanização crescente, de formação de públicos de massa e do

aumento das necessidades de lazer. Portanto, o que se convencionou chamar *cultura de massa* tem com pressuposto, e como suporte tecnológico, a instauração de um sistema moderno de comunicação (os *mass-media*, ou veículos de massa) ajustados a um quadro social propício (SODRÉ, 1973, p. 13, grifo do autor).

O suporte oferecido pelos meios de comunicações atende a partir desse período, um coletivo de pessoas que não acessavam jornais escritos, revistas, televisão e outras formas de interação com o “mundo” da cultura disponíveis por meio das redes de comunicações. Essa cultura de massa favorece, portanto, ampla divulgação e proporciona a interação crescente das diferentes culturas entre diferentes sociedades para atenderem sua necessidade de lazer.

Outro aspecto recupera a cultura de massa para divulgar amplamente a produção nos diferentes estilos da cultura e de acordo com os interesses dos diversos grupos sociais. Essa cultura se torna identitária, sendo portanto, massificada entre grupos específicos. A ideia de cultura, define: (...) se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz(...) (EAGLETON, 1943 p. 11).

Nesse sentido, a massa representa um coletivo de representação de várias frentes sociais e que por meio da divulgação, das produções culturais constrói novos “valores” em cima daquilo que inicialmente era fundamentado nos costumes e tradições de um povo em sintonia com as questões naturais de sua existência, portanto aquilo que está dentro de nós.

A cultura de massa visa especialmente à produção industrial, ou seja, o lucro. Na concepção das pessoas idosas, isso é modismo, portanto, é passageiro. Nesse contexto, as definições de cultura popular e cultura de massa se confundem, mesmo existindo grandes diferenças entre elas. A cultura popular é caracterizada pela identidade das manifestações próprias de uma determinada população como uma forma de expressar, com detalhes os valores de suas manifestações, portanto, pode ser considerada cultura de massa, porém, sem o foco no lucro.

Nascido na Escola de Frankfurt pelos filósofos Theodoro Adorno e Max Horkheimer, termo indústria cultural surge como representação e extensão de grupos midiáticos de controle de massa. Tudo aquilo que repentinamente era divulgado nos meios de comunicação logo se transformava “modelo padrão”, essa tendência descaracteriza o que propõe a cultura popular. Assim, a cultura passa a ter outros significados. Entretanto, cultura popular e cultura de massa diferem, mas ao mesmo tempo caminham lado a lado.

#### **4. A FEIRA DA CULTURA POPULAR NO ÂMBITO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM SANTARÉM**



#### **4.1 Informações preliminares**

A Feira da Cultura Popular foi um evento cultural que pretendeu valorizar a produção agrícola, a arte, as tradições folclóricas, a religiosidade e o modo de vida de comunidades rurais e ribeirinhas do interior de Santarém. Em onze edições promovidas no período compreendido entre 1969 e 1984, a feira esteve sob responsabilidade do Movimento de Educação de Base (MEB), que sem orçamento próprio para sua realização, contou com apoio da Prefeitura Municipal de Santarém, da Rádio Rural, do comércio local e das comunidades envolvidas, compostas primordialmente de pessoas humildes e que não eram alfabetizadas, com raras exceções.

Inicialmente, o principal objetivo da feira era expor na cidade amostras da produção agrícola e artesanal oriunda das comunidades onde funcionavam as Escolas Radiofônicas do MEB. Aos poucos, com o incremento de mostras da cultura regional, a Feira da Cultura Popular se tornou a maior manifestação popular da região, para a qual os grupos comunitários vinham não só a fim de expor e vender seus produtos, mas buscar conagraçamento no trabalho e no lazer.

Para a realização do evento havia toda uma preparação, desde a escolha de uma ampla equipe de apoio que se subdividia para executar diversas tarefas, inclusive a instalação das barracas, construídas pelos próprios comunitários de maneira totalmente artesanal, com madeira polida, cipó e cobertura de palha. Nelas, as comunidades expunham produtos derivados da mandioca (farinha d'água empalhada, farinha de tapioca, tapioca, beiju-peteca, beiju-cica, beijo de moça, broa, crueira, polvilho, carimã, tucupi), frutas, peixes, o famoso piracuí, artesanatos em madeira, teçumes de tala (paneiros, peneiras, tipitis etc.) e de palha. Também promoviam torneio de futebol e danças folclóricas, concurso de Rainha da Feira e um show musical intitulado “A Voz de Ouro”.

Nos primeiros anos da feira, os habitantes da cidade recebiam os interioranos com críticas, risos e zombarias pelo seu jeito rude e tímido diante do desconhecido. Então, a proposta inicial foi amadurecendo à medida que a equipe do MEB percebeu a importância da valorização do trabalho desenvolvido nas comunidades em paralelo com a valorização de outras práticas culturais, relativas às identidades locais. Neste sentido, as feiras de cultura popular passaram a ser concebidas de maneira articulada com questões da alfabetização e da educação popular, implicando algumas mudanças em prol do aprimoramento de metodologias

utilizadas no evento. Era preciso desinibir o homem do interior e educar o homem urbano para recebê-lo como representante legítimo da história local.

A continuidade das feiras ao longo dos anos ajudou a superar, gradativamente, fronteiras entre os moradores da cidade e das comunidades rurais. Aliás, sensibilizou o próprio habitante do interior quanto à importância de mostrar sua produção o pão, a peneira e o tipiti, por exemplo, não só pelo seu valor como instrumento de trabalho, mas como produtos culturais singulares e relevantes. Dessa maneira, a Feira da Cultura Popular promoveu oportunidades para que os homens do campo e da cidade pudessem se integrar uns com os outros, e com a terra, já que muitos visitantes iam ao evento para comprar os produtos expostos, prestigiar as atrações e conversar com os feirantes, valorizando seu trabalho e incentivando sua produção cultural.

Para o MEB, a cultura das comunidades do interior deveria ser valorizada na sua íntegra, entendida não como um acontecimento, mas como uma manifestação popular. Em sua visão vanguardista, o MEB antecipa a definição de cultura tradicional e popular que, em 1989, seria dada pela Unesco na *Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*:

A cultura tradicional e popular é um conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, as línguas, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989).

Nessa concepção, coadunando com o projeto político e pedagógico do MEB, cada edição da feira trazia novidades, uma atração a mais e um número maior de participantes, de sorte que é impossível descrever com detalhes a riqueza de manifestações da cultura, da arte e do saber popular que as sucessivas feiras propiciaram a Santarém. Elas também foram palco de muitos espetáculos, em especial o show intitulado “A Voz de Ouro”. A princípio, os participantes dessa atração cantavam músicas de outros compositores, mas, ao passar dos anos, mudanças foram feitas de modo que os participantes passaram a ter que apresentar canções com letras e músicas inéditas, compostas pelos próprios moradores das comunidades interioranas. Essa experiência foi importante principalmente pela descoberta de tantos talentos que estavam escondidos nas comunidades rurais. A maioria dos/as compositores/as aproveitava para cantar e contar a história de suas comunidades, falar das belezas e das maravilhas existentes, seu modo de vida, suas culturas e tradições. Eram três dias de uma

completa festa de confraternização entre os comunitários vindos das diferentes regiões do campo e da cidade.

Neste capítulo, apresentamos dados e registros de diferentes edições da Feira da Cultura Popular realizadas sob responsabilidade do MEB. Todos os materiais aqui apresentados foram obtidos por meio de entrevistas, levantamento bibliográfico e consulta a documentos históricos, destacadamente fotografias de edições da feira. Nessas tarefas foi particularmente importante o auxílio concedido por pessoas que participaram do movimento, em cujas informações focará, mais detalhadamente, o próximo capítulo.

Do ponto de vista metodológico, destaca-se a importância do uso das fotografias de diferentes edições do evento, as quais foram organizadas em quadros e descritas com o auxílio indispensável da memória dos informantes, nomeadamente a Professora Aurenice de Araújo Gabler, uma das idealizadoras da feira. Infelizmente, como ela mesma informou, *“foi muito difícil, pois uma grande parte dos documentos da Feira foram perdidos num acidente. Os documentos molharam numa chuva e foram queimados em seguida”*.

Apesar das inescapáveis lacunas que contém, o presente texto pretende contribuir para a reconstituição do histórico da Feira da Cultura Popular em Santarém no âmbito do MEB, indo do período de concepção do evento, em 1969, até sua última edição realizada sob responsabilidade do movimento, em 1984. A título de informação, desde então, a feira passou a ser realizada pelo poder público municipal, mantendo características similares às aquelas implementadas pelo MEB. Entretanto, essas edições não fazem parte do escopo do trabalho aqui empreendido.

## **4.2 Trajetória histórica da Feira da Cultura Popular em Santarém**

A primeira Feira da Cultura Popular em Santarém aconteceu de 14 a 16 de novembro de 1969, trazendo à cidade itens que o MEB considerava representativos da cultura das comunidades rurais onde mantinha escolas radiofônicas. A concepção de cultura desde então adotada pelo movimento aliava-se à noção antropológica que valoriza a diversidade de modos de vida encontrados em diferentes sociedades humanas, sem hierarquizá-los de acordo com índices de letramento ou nível de instrução (DA MATTA, 1981), tal como propõe Bossi (1992, p. 7):

Nesta altura, vale a pena insistir em que existem faixas culturais fora da Universidade. Para tanto, é indispensável reter o conceito antropológico do termo cultura como conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação

social; e, ao mesmo tempo, abandonar o conceito mais restrito, pelo qual cultura é apenas o mundo da produção escrita provinda, de preferência, das instituições de ensino e pesquisa superiores.

Apoiada nessa concepção, e entendendo a necessidade de valorização integral do modo de ser, viver, pensar e falar como parte de um projeto de emancipação social das comunidades rurais onde o movimento desenvolvia ações de educação popular, a equipe do MEB tomou para si o papel de promover na zona urbana a produção cultural do interior. O evento contou com o apoio expresso da Prelazia e da Diocese da Igreja Católica, na pessoa do Bispo Prelado de Santarém D. Thiago Ryan, que esteve presente em sua abertura.

*Figura 1 - D. Thiago Ryan e Osmar Simões, um importante radialista da época, presentes na abertura da I Feira da Cultura Popular*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Uma equipe composta por pessoas dedicadas às atividades de radiodifusão na sede municipal, como as professoras Aurenice de Araújo, Iêda Campos, Zuila Lemos e outras, coordenadas pela professora Francisca Carvalho, idealizou a feira com o objetivo geral de proporcionar a integração dos trabalhadores do campo com os da cidade, trazendo a esses últimos a oportunidade de apreciar a produção artístico-cultural dos primeiros. Outros objetivos do evento foram: enaltecer a cultura e a arte popular, conscientizando as comunidades rurais acerca do valor de sua produção cultural; incentivar a diversificação, o

melhoramento e o escoamento dos produtos agrícolas e artesanais; realizar pesquisa para a elaboração de material didático adequado à região; propiciar o intercâmbio entre as comunidades rurais e as equipes centrais do MEB, e da Rádio Emissora de Educação Rural.

A propósito, a I Feira da Cultura Popular aconteceu “na rua”, justamente no terreno ao lado do prédio dessa rádio, na esquina da travessa dos Mártires com a Avenida São Sebastião. Como relembram Gabler, Almeida e Filho (1996, p. 70), parte da via pública foi ocupada pela população santarena nos três dias que duraram as exposições de produtos e as atrações culturais articuladas pela equipe organizadora com representantes das 16 comunidades envolvidas no evento, vindo do planalto, várzea e terra-firme:

A I Feira realizou-se ao lado da Rádio Rural sob a coordenação da profa. Iêda Campos e constou de exposição e venda de produtos agrícolas e artesanais em barracas construídas pelos participantes, apresentações folclóricas, cantores (A Voz de Ouro), e concurso de rainha com trajes típicos regionais. Participaram 16 comunidades com barracas e outras tantas nas demais modalidades. Iniciava aí uma série de eventos que viriam mais tarde se construir na maior manifestação de cultura popular já vista em Santarém. Outras se sucederam nos anos seguintes.

A comunidade de Arapixuna se destacou nas competições e atrações promovidas na feira, como demonstra um registro da imprensa local.

Confirmando a tradição do trinômio que a coloca em evidencia, donzelas bonitas, laranjas saborosas e bons futebolistas, a representação da vila de Arapixuna logrou conquistar dois troféus na grande Feira da Cultura Popular – Campeão interiorano de futebol e Rainha da Feira da Cultura Popular, título que assentou muito bem na graça e beleza de Maria de Lourdes Pinto que tão bem representou a beleza, a graça e feitiço da mulher de Arapixuna, dando a grande colônia aqui radicada uma justa euforia pelo brilhante feito da representação de sua terra. (O Jornal de Santarém 1969)

Em 1970, a II Feira da Cultura Popular foi realizada no mês de setembro, entre os dias 16 e 20. Sob coordenação da Professora Aurenice de Araújo, ela replicou as modalidades de atrações promovidas na primeira edição. Reunindo nada menos que 85 comunidades, a feira contou com um torneio de futebol realizado no estádio Elinaldo Barbosa e disputado por diversos clubes esportivos.

*Figura 2– Time vencedor do torneio feira de 1970*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

A partir de então, a Feira da Cultura Popular em Santarém se firmou como um marco no calendário festivo do município. A cada ano, tornava-se mais aguardada e desejada pela população local, requerendo cada vez mais empenho da equipe responsável pela organização e execução do evento. Suas atividades começavam no início do ano, uma vez que um dos objetivos era o melhoramento dos produtos agrícolas e artesanais que seriam expostos e vendidos. Para tanto, era necessária a formação prévia das equipes de trabalho, tanto no MEB como nas comunidades, as quais, afinal, deveriam apresentar o melhor de si naquela rara oportunidade de contato direto com o consumidor, que era uma das premissas da feira. Ademais, os representantes comunitários também precisavam se preparar para as atrações e competições culturais e esportivas promovidas durante os dias de evento.

Embora nem sempre tenha conseguido reunir o número máximo de comunidades participantes, nem tenha sido realizada anualmente, sem interrupções, devido a restrições financeiras, ela sempre trazia novas atrações, o que fazia de cada evento uma festa única. Ao longo da década de 1970, além da já comentada feira desse ano, houve mais cinco edições do evento, em datas alternadas nos meses de setembro e novembro, não chegando a fixar um calendário próprio.

De 16 a 20 de setembro de 1971, portanto, no seu terceiro ano consecutivo, o evento contou com a participação de 57 comunidades. Um dos momentos emblemáticos dessa edição da feira foi a pose das rainhas eleitas no ano anterior. Utilizando trajes confeccionados com matérias-primas naturais próprias de seus lugares de origem, as rainhas representaram a cultura local carregando cestos e chapéus tecidos de palha e paneiros de tala com produtos empalhados oriundos da agricultura familiar, como, por exemplo, o ananás – uma espécie do fruto de abacaxi.

*Figura 3 – Pose das rainhas da feira de 1970*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Também posou para foto no Parque Alacid Nunes, local de realização da feira naquele ano, o time de futebol “32”. O torneio futebolístico era uma das atividades esportivas mais prestigiadas no decorrer da programação das feiras. Cada comunidade envolvida trazia para a cidade o seu time para jogar as partidas e concorrer a prêmios que honravam sua localidade.

*Figura 4– Time de futebol “32”*



*Fonte: Biblioteca particular da Profª. Aurenice Gabler*

Entre 16 e 20 de setembro de 1972, 55 comunidades integraram a programação festiva da quarta Feira da Cultura Popular, realizada novamente no Parque Alacid Nunes, espaço do Sistema Rádio Educativo. Posteriormente, a feira foi interrompida por dois anos, em 1973 e 1974, sendo reeditada, pela quinta vez, de 13 a 16 de novembro de 1975, com a participação de 50 comunidades e o tema “A afirmação do homem Rural”. Desta vez, o evento foi realizado na Praça Barão de Santarém, a popular Praça São Sebastião.

Assim como nas edições anteriores, a solenidade de abertura da V Feira da Cultura Popular teve a participação de: religiosos como Dom Tiago Ryan e Frei Alexandre (coordenador espiritual do MEB em Monte Alegre); autoridades locais como o prefeito Paulo

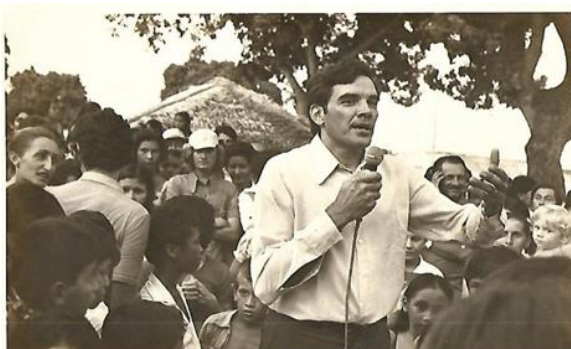
Lisboa e o coronel da Marinha; o representante nacional do MEB, conhecido como Caldas; além de políticos, líderes comunitários e a população geral.

*Figura 5 – Da esquerda para a direita, Dom Thiago (de camisa branca), o prefeito Paulo Lisboa (de camisa escura), e o representante do MEB, Caldas, na abertura da feira*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

*Figura 6 – Caldas discursa na solenidade de abertura*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Aurenice Gabler, coordenadora do MEB em Santarém; Severino Cadorim, assessor do MEB nacional; e Santino Soares, radialista da Rádio Rural e coordenador da feira, também se fizeram presentes na abertura do evento.

*Figura 7 – Aurenice Gabler e outras personalidades na solenidade de abertura da feira*





*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Considerável público acompanhou a solenidade de abertura da feira. As comunidades traziam bandeiras que as representavam e eram expostas em um mastro fincado na praça.

*Figura 8 – Público e bandeiras*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

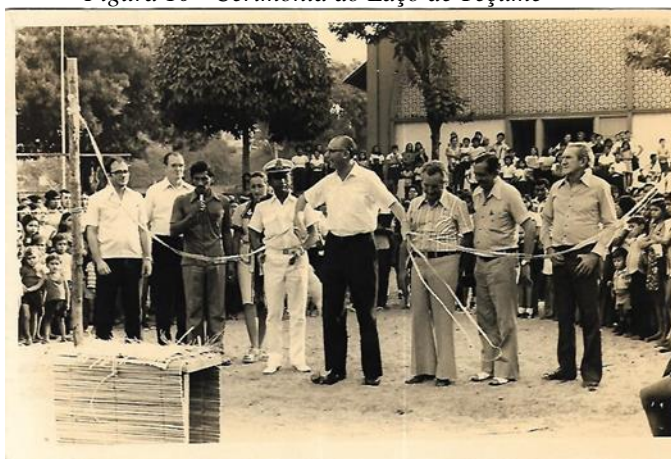
A solenidade contou, ainda, com a Cerimônia do Laço de Teçume, que simbolizou o corte da fita inaugural do evento. A “fita”, na verdade, tecida com fibras, foi desmanchada pelo Bispo à frente uma estrutura em madeira coberta por uma esteira também confeccionada em tala, que é muito utilizada nas comunidades como base de assento e também para dividir estruturas de casas.

*Figura 9 - Cerimônia do Laço de Teçume*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

*Figura 10 - Cerimônia do Laço de Teçume*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

A VI Feira da Cultura Popular transcorreu entre os dias 17 e 21 de novembro de 1976, e foi ainda maior que a anterior. O evento envolveu representantes de 56 comunidades na exposição de produtos em barracas que foram montadas pelos próprios, inteiramente com materiais trazidos do interior: palha, cipó, esteios, caibros e enviras. Durante o evento, as barracas ficavam abertas à visitação. Decoradas com objetos utilizados no interior, elas apresentavam um pouco do cotidiano de cada comunidade, propiciando aos moradores da cidade um momento para interagir e conhecer mais sobre a vida do cotidiano de quem vivia no campo.

*Figura 11 - Barracas*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

*Figura 12 - Barracas*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Com efeito, cada barraca constituía por si só uma atração, somando-se às atrações culturais que eram apresentadas, entre as quais o esperado concurso de rainhas. Em 1976, um palco elevado montado na Praça São Sebastião foi o cenário para essa competição, cuja vencedora foi Maria Assunção de Sousa, representando a comunidade de Paissandu, que fica no Lago Grande. O concurso, além de valorizar a beleza das jovens interioranas, tinha a intenção de mostrar a produção artística-cultural da comunidade por meio das roupas utilizadas, todas elas resultantes da produção manual de artesãs e artesãos locais.

*Figura 13 – Rainha e princesas eleitas na feira de 1976*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

*Figura 14 – Desfile de Maria Assunção de Sousa, Rainha da Feira de 1976*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Depois de ser suspensa por um ano, a feira teve sua sétima edição no período de 22 a 25 de novembro 1978, reunindo 75 comunidades. Na programação, destacou-se mais uma vez o concurso de rainhas, então vencido por Sebastiana Freitas, que recebeu como prêmio uma máquina de costura.

Note-se que variavam a cada edição da feira os prêmios para as diversas atrações que envolviam competições, com o objetivo de incentivar a produção cultural das comunidades. Os prêmios eram definidos pela equipe organizadora e patrocinados pelo comércio local. Podiam ser joias, motores de luz, utensílios domésticos ou outros objetos. Normalmente, aos homens eram concedidos violão e troféus. Às mulheres, máquinas de costuras visando possibilitando a produção das próprias roupas e subsidiar essa produção com fins de obtenção renda.

*Figura 15 - Premiação da Rainha da Feira, Sebastiana Freitas*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Além da programação de praxe, a feira de 1978 promoveu diversas apresentações de grupos folclóricos, danças e cordões ensaiados ao longo do ano, que chamaram atenção do público. Segundo moradores de comunidades participantes da feira, nelas havia muitas brincadeiras, por exemplo, cordões de pássaros, boi-bumbá e danças da desfeiteira, nas quais homens e mulheres se confrontavam em versos bonitos e desafiadores. Os festivais folclóricos também eram comuns, constituindo momentos de trocas de visitas e intenso intercâmbio cultural. As visitas garantiam público nas festas comunitárias, e, a cada ano, havia modificações nas apresentações.

*Figura 16 - Apresentação de boi-bumbá na feira de 1978*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Após 1978, a feira foi interrompida e só voltou a ser realizada em 1980, no período de 19 a 23 de novembro. Na ocasião, trouxe 62 comunidades à cidade de Santarém. Uma delas foi a comunidade de Maicá, representada pelo senhor Antônio Monteiro em uma barraca que sobressaiu com uma exposição de cachos de curuá.

*Figura 17 – Barraca de Antônio Monteiro*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Em 1981, a feira teve uma apresentação de misses, cada qual representando um pouco da história e da tradição de sua terra, com trajes confeccionados com matérias-primas como palha de milho, palha de tucumã, folhas de palmeiras, juta, malva, envira e cuias. Ao todo, 75 comunidades participaram do evento, nos dias 14 e 15 de novembro.

*Figura 18 – Candidatas a misses*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Em 1981, o show “A Voz de Ouro” foi uma grande atração. Com efeito, esse show era uma oportunidade ímpar para o homem do campo apresentar ao público urbano a sua produção artística e cultural, traduzida em canções, poemas e melodias que exaltavam sua vida cotidiana, suas crenças e tradições, seus costumes e valores, manifestados na forma de uma expressão cultural popular. O show também tinha natureza competitiva, e era o próprio público que escolhia os vencedores de acordo com critérios definidos no regimento da Feira. Então, cantores e compositores do Planalto, da várzea, da terra firme e da cidade, além de saírem do anonimato, concorriam aos prêmios oferecidos pelos organizadores do evento.

Em 1981, Manuel Roberto Corrêa Santos, morador da comunidade Membeca, na margem esquerda do rio Amazonas, levou o primeiro lugar com uma música inédita, de sua autoria, intitulada *Homenagem à Feira*, cuja letra se segue.

Salve a Feira da Cultura Popular.  
Que é uma festa de confraternização.  
Aonde o povo do interior vem mostrar,  
Seus produtos, costumes e tradições.

É nesses três dias de festividades,  
Que nos unimos num abraço fraternal,  
Planalto, Várzea e o povo da cidade,  
Em Santarém que é a sede principal.

Refrão: Tem futebol, tem futebol, e tem Rainha.  
Temos folclore e as barraquinhas.  
E a Voz de Ouro, que é no final,  
MEB Sistema Santarém, MEB Nacional.

E nas barracas você pode encontrar,  
Em que o caboclo também sabe trabalhar,  
Artesanatos bem confeccionados,  
Que os turistas gostam muito de comprar.

Cordões de pássaros e também o boi-bumbá,  
Manicoera e o gostoso tarubá,  
Batata doce, farinha de tapioca,  
E outros artigos do Estado do Pará

Refrão: Tem futebol, tem futebol, e tem Rainha.  
Temos folclore e as barraquinhas.  
E a Voz de Ouro, que é no final,  
MEB Sistema Santarém, MEB Nacional.

*Figura 19 – Premiação de Manuel Roberto*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

A edição seguinte da feira, realizada de 20 a 24 de outubro de 1982, teve uma queda significativa no número de comunidades participantes: foram apenas 13. Seus representantes, organizados em ordem alfabética pelo nome das comunidades de origem, fizeram um desfile na Avenida Tapajós para marcar a abertura da feira, durante o qual cada um levava nas mãos os produtos trazidos para as exposições.

*Figura 20 - Desfile de abertura da feira de 1982*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Uma comunidade da região de várzea trouxe sua barraca coberta com juta para a Praça São Sebastião.



*Figura 21 – Barraca da feira de 1982*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

No mesmo ano, os vencedores do torneio de futebol receberam troféus das mãos do radialista Sampaio Brelaz.

*Figura 22 - Premiação por Sampaio Brelaz*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

O concurso de músicas foi comandado pela coordenadora da feira, Aurenice Gabler, e, mais uma vez, Manuel Roberto repetiu o feito do ano anterior e conquistou o primeiro lugar.

*Figura 23 – Aurenice Gabler no show musical de 1982*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

Depois, por mais duas vezes, o morador de Membeca consagrou-se campeão do show musical A Voz de Ouro, até 1984, quando a Feira da Cultura Popular foi pela última vez promovida pelo MEB.

*Figura 24 – Apresentação de Manuel Roberto em 1984*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

*Figura 25 - Premiação de Manuel Roberto em 1984*



*Fonte: Biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler*

No período em questão, registrava-se um processo de descentralização do evento, passando-se progressivamente às próprias comunidades as tarefas de coordenação e organização, na expectativa de que elas assumissem integralmente os trabalhos.<sup>10</sup> No entanto, essa expectativa não chegou a se efetivar por falta de vontade política da própria equipe do MEB, que fora parcialmente alterada, integrando novos componentes que apresentaram concepções diferentes das dos antecessores acerca da Feira da Cultura Popular.

Assim, a última versão do evento sob responsabilidade do MEB ocorreu de 14 a 18 de novembro de 1984. Com a extinção do movimento em Santarém, a Feira da Cultura Popular também se extinguiu. Como relatou a Professora Aurenice de Araújo Gabler, que atuou no movimento desde 1967 e foi sua coordenadora, o projeto da feira se liga totalmente ao MEB.

O MEB tem tudo a ver com a Feira da Cultura Popular [...]. Sabe que o MEB sempre se voltou pra fazer uma educação libertadora, pro trabalho de conscientização do homem, pra que o homem descobrisse os seus caminhos, pra que abrisse as perspectivas. Eu sempre dizia, a gente sempre teve isso muito em mente é que o homem precisava se conscientizar, então, o quê que seria a conscientização do homem nesse momento? Seria é criar expectativas, abrir horizontes, mostrar o mundo pros homens, pra ter uma visão de mundo porque ele com a visão de mundo ele poderia sonhar, poderia colocar seus sonhos em prática e assim a gente teve muitas experiências, que vieram confirmar isso [...]. A Feira da Cultura que é o ponto chave desse nosso encontro. A gente começou assim [...], uma turma olhando tudo aquilo [...] pelo conceito de cultura que a gente tinha, de que “cultura é tudo o que o homem faz”. Esse era o conceito na época. (Entrevista concedida em 17/10/2011).

A extinção do MEB e, por conseguinte, da feira, deixaria uma grande lacuna na vida cultural de Santarém, principalmente para os moradores da zona rural, que já tinham nela uma

---

<sup>10</sup> A Associação dos Produtores Rurais assumiu um dos objetivos da Feira da Cultura Popular em suas últimas edições, criando a “Feira do Produtor Rural” ao lado da Rádio Rural.

das festas mais tradicionais do calendário anual. Porém, foi uma perda para o município como um todo, onde a influência crescente do sistema capitalista se fez sentir sobre todo o plano da cultura, submetendo as populações nativas ao desgaste de suas tradições e identidade amazônica.

O fim da feira instaurou a saudade das diversas atrações que ela promovia. A festa dançante, por exemplo, que geralmente acontecia na última noite do evento, era um dos seus momentos mais aguardados. Nessa festa, todos os participantes, depois de vários dias de preparação e trabalho, podiam se divertir durante toda uma noite de maneira descontraída, em uma verdadeira confraternização entre organizadores, visitantes e moradores de diversas comunidades.

Com o fim da feira, foram-se os concursos de rainha que mobilizavam moças do interior para representar, com a máxima criatividade, a cultura da sua comunidade. Igualmente, as tardes de apresentações de teatro de bonecos para as crianças. Foram-se também as serenatas que reuniam adultos e idosos boêmios e amantes da boa música tocada por grupos de cantores e músicos profissionais que costumavam se apresentar nos clubes na cidade. Suas músicas, gravadas e transmitidas pela Rádio Rural de Santarém, alcançava inúmeras pessoas. Ficou na saudade, ainda, a tradicional “Peixada”, a piracaia<sup>11</sup> realizada na praia na frente da cidade nas noites de feira, onde os participantes podiam degustar peixe assado na brasa.

Enfim, o término das Feiras da Cultura Popular em Santarém deixaram uma lacuna diante do objetivo de difundir e valorizar a cultura e a arte populares, principalmente do homem rural, ao mesmo tempo que lhe proporcionasse momentos de reflexão para amadurecimento do senso crítico da consciência dos seus valores, inserindo-se no processo educativo como agente de transformação, na busca de justiça, da fraternidade e de sua valorização pessoal.

Cada feira, como se viu, tinha os próprios objetivos específicos, os quais se modificavam de acordo com as comunidades participantes e metas a serem alcançadas. Todavia, de um modo geral, ela se voltava à cultura *popular*, compreendida como uma cultura intencionalmente universal, que nada tinha de vulgar, banal ou tosca. Na concepção do MEB e da feira, a cultura popular é aquela que é *comunicável* ao povo, isto é, quando suas significações, seus valores, ideias, obras, são destinados, efetivamente, ao povo e respondem

---

<sup>11</sup> Peixe assado no moquéim degustado com farinha, pimenta e limão. No interior, é comum fazer piracaia no tempo da piracema, período de muita fartura nos rios da Amazônia, onde várias espécies passam em cardume, são peixes muito gordo e que segundo os ribeirinhos nesse período do ano são peixe remeros à saúde.

às suas exigências de realização humana em determinada época, em suma, à *consciência histórica real*. É também universal quando a cultura integra as consciências dentro da nação, no plano de sua realização *humana*, e as situa, assim, na linha do movimento histórico essencial de *universalização efetiva* e de criação de uma cultura para todos os homens (WANDERLEY, 1984, p. 327-328).

### **4.3 A dimensão política das Feiras de Cultura Popular em Santarém (1964 – 1984)**

A dimensão política do Movimento de Educação de Base reside em várias frentes e ideias. Uma das principais frentes de ação do movimento se voltava à valorização da cultura no sentido geracional - de pai para filho. E a realização das edições da chamada Feira da Cultura Popular, realizadas na cidade de Santarém estava apoiada na revelação das características dos povos em comunidade – sua formação política, a produção agrícola, o artesanato, as expressões da cultura, por meio de indumentária, produção de alimentos, do modo de vida, habitação, a religiosidade e originalidade, representando características próprias das comunidades.

Idealizada pela equipe coordenadora do MEB, a Feira da Cultura Popular tinha por objetivo valorizar a produção e a arte do povo e proporcionar a integração dos trabalhadores do campo com o povo da cidade. A feira tinha duração de três dias sob a responsabilidade do MEB e das comunidades rurais (Planalto, Várzea e Terra-Firme), com o apoio da Prelazia e depois da Diocese.

A Feira de Cultura Popular e o Homem Rural  
Poesia de EDMUNDO CARDOSO - Monitor da Escola Radiofônica – Vila Franca

Grande Deus Mestre e Juiz  
Das coisas celestiais  
Dai-me agora inteligência  
Sobre tudo nesta feira  
Da cultura popular.

Esta feira é promovida  
Para o povo aprender  
Conhecer o seu valor  
E cumprir o seu dever

Pra mostrar a todo mundo  
O que se sabe fazer  
A cultura é tudo aquilo  
Que o homem sabe fazer

Toda a sua inteligência  
Sua arte de viver  
Que seja qualquer uma coisa  
Que dê pra se vender.

Popular significa  
Um ato de grande amor  
Pra mostrar aos da cidade  
Que o homem do interior

Também tem a sua arte  
Também tem o seu valor  
Feira quer dizer o seguinte  
Que é pra o povo comprar

O que veio das comunidades  
Para a Feira Popular  
Esse foi o grande sucesso  
Da grande equipe central

Eu aqui vou agradecendo  
Do povo cooperador  
Que deram sua ajuda  
Pra esta feira de valor  
Todos aceitem o abraço  
Do poeta monitor.

## **5 O MEB E A FEIRA DA CULTURA POPULAR NA VISÃO DOS PARTICIPANTES**

Neste capítulo, investe-se no propósito de analisar a atuação da Igreja Católica e as concepções de cultura popular mobilizadas no Movimento de Educação de Base, nas décadas de 1960 a 1980. Para tanto, serão sistematizadas as informações obtidas por meio de entrevistas com nove informantes-chave selecionados na pesquisa: quatro representantes de comunidades da região de Arapixuna; um religioso; três ex-integrantes da equipe pedagógica do MEB; um ex-seminarista com conhecimento sobre as atividades da Igreja e do MEB; uma participante do Concurso “A Voz de Ouro”; e uma ex-coordenadora do MEB.

Junto a esses informantes foi estabelecido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio do qual se assumiu o compromisso de manter seus nomes não revelados. Assim, eles são identificados como **Sujeito 1** até **Sujeito 9**.

Com eles foram feitas entrevistas não estruturadas, guiadas por perguntas abertas que, por sua vez, foram classificadas em três categorias. A primeira categoria centrou-se na identificação da faixa etária, da escolaridade e da área de residência dos sujeitos; a segunda elencou perguntas sobre sua participação no MEB entre 1960 e 1980; e a terceira focou especificamente em investigar as concepções de cultura popular que orientaram, na visão de cada sujeito, as ações culturais realizadas pela Igreja Católica por meio do MEB.

Neste capítulo, portanto, seguindo as recomendações de Chizzotti (2011), envidamos esforços de sistematizar observações, reflexões, análises e sínteses para elucidar os fenômenos estudados, interpretando e classificando seus significados de modo a subsidiar o alcance dos objetivos previstos na pesquisa. Para ampliar oportunidades de interpretação e análise do próprio leitor, as entrevistas estão apresentadas, na íntegra, em apêndices deste trabalho.

### **5.1 Os sujeitos da pesquisa**

Os respondentes da pesquisa têm, atualmente, de 40 a 90 anos. Todos estavam em atividade nos anos 1960 a 1980 e, em diferentes ciclos da vida, participaram e/ou vivenciaram o MEB em pelo menos uma das três fases em que Gabler (1996) dividiu o movimento, para fins analíticos.

Seguindo essa divisão, o professor Rivelino Lacerda explanou que o MEB passou por três fases desde a sua implantação em 1964, com a criação da Rádio Rural, para a transmissão das aulas radiofônicas. Em um primeiro momento, o MEB realizou seu trabalho

em parceria com a Igreja Católica e suas ações eram a partir das dimensões religiosas para a participação das pessoas na igreja. O segundo momento foi quando o MEB passou a ser administrado pelos movimentos sociais e a Rádio Rural. O terceiro momento se iniciou quando o movimento foi assumido pelas forças políticas do Partido dos Trabalhadores, já na década de 1990, até sua extinção.

Dos entrevistados, seis revelaram engajamento direto no MEB, sendo que quatro permaneceram no movimento por oito anos, um por mais de 20 anos e um ainda está envolvido com ações na comunidade e na Igreja Católica, mesmo com a extinção do movimento. Outros três entrevistados não tiveram participação direta com MEB, mas, mesmo assim, um deles informou que contribuiu com o movimento por 12 anos, atuando na Rádio Rural.

Vários dos respondentes tinham de 16 a 30 anos quando começaram a se relacionar com o MEB, revelando na atração pela imersão nas atividades desenvolvidas uma característica da juventude, que se identificava com a proposta de mobilização, o cariz inovador e a perspectiva de produzir e organizar as comunidades. Da mesma forma, nota-se que o movimento favorecia a interação intergeracional entre os sujeitos

Também favorecia a mobilidade e o fluxo entre cidade e zona rural. Na maioria, os entrevistados residem atualmente na área urbana de Santarém, mas somente um deles é originário da cidade, sendo que os demais são naturais de comunidades do Distrito de Arapixuna, da região de várzea e do Planalto Santareno. Aqueles que residem na área rural do município concentram-se especificamente no Distrito de Arapixuna, o que concorre para facilitar o levantamento de informações, já que o MEB tinha uma extensa área geográfica de atuação, visando a alcançar o homem do campo, os povos ribeirinhos, moradores da várzea, do planalto e da área urbana de Santarém.

Segundo o professor Rivelino Lacerda, inclusive, essa capilaridade foi fundamental na ação da Igreja Católica, “responsável pela organização das comunidades aqui do município de Santarém, e de outros municípios que ela abrange que não é só Santarém, tem outros municípios de abrangência da diocese” (informação verbal).

Quanto à escolaridade dos respondentes, a maioria tem ensino fundamental incompleto, mas há também sujeitos graduados em nível superior, entre os quais alguns com pós-graduação a nível de especializado e mestrado.



## 5.2 O envolvimento com o MEB

Considerando que, nas décadas de 1960 a 1980, foram muitas as ações da Igreja Católica em áreas periféricas da cidade e em comunidades rurais de Santarém e região do Baixo Amazonas, focamos especialmente o envolvimento dos sujeitos entrevistados com o MEB, seja pela participação direta no movimento, seja por meio de atividades temporárias.

### 5.2.1 Motivações para ingresso no MEB

Em relação aos principais fatores que motivaram o engajamento no MEB, Rivelino respondeu que, no seu caso, ele aconteceu de forma inesperada. Na ocasião, esse sujeito residia e trabalhava como professor de ensino fundamental em uma comunidade rural. Diante do anseio de progredir nos estudos, notadamente, de alcançar o ensino superior, articulou sua transferência para a cidade. Assim, a Secretaria Municipal de Educação, na ocasião parceira do MEB, oportunizou trabalho na modalidade de alfabetização de adultos, no âmbito do movimento. O respondente revela que “não foi, na verdade, uma motivação que eu tive. Na verdade, foi mais um presente mesmo que eu tive, ao vir do interior para a cidade” (informação verbal).

A motivação apresentada pela professora Cláudia Laurido foi a entrada no mercado de trabalho, sendo que o movimento lhe possibilitou adquirir experiência profissional. Iniciou em 1994, a partir de um convite de uma pessoa com atuação consolidada no MEB, especialmente na alfabetização de adultos e na organização de comunidades, sobretudo da área urbana. Sua participação no MEB, então, se deu em um cargo de supervisão: “para trabalhar como supervisora justamente para organizar a sistemática de como fazer o trabalho ser desenvolvido, era em vários bairros da cidade e a gente acompanhava, foi na época que conheci vários bairros também” (informação verbal).

Edna Reis, integrante de movimento social e religioso, engajou-se no MEB porque também viu nele uma oportunidade de emprego. Assim, passou a trabalhar com alfabetização de adultos, coordenação, treinamento e capacitação de monitores.

Para o líder comunitário Benune, a principal motivação de engajar-se no MEB foi a possibilidade de alfabetizar-se, pois na época não era alfabetizado e residia em comunidade com dificuldade de acesso à escola. Por meio da proposta pedagógica do MEB, passou pela experiência de escolarização, mas sua atuação era para além de aluno e mero participante das aulas radiofônicas: “Bem, antes do MEB eu já vinha participando de reuniões da catequese, curso da Boa Nova e outras e outras reuniões na cidade, no interior e comecei a trabalhar desde 67” (informação verbal).

O ex monitor do MEB Tomas ingressou no MEB a convite de uma coordenadora do Movimento: “aí ela me convidou pra ir lá e eu fui lá ver o estudo como era e eu achei fácil pra mim, porque eu nunca deixei de ler” (informação verbal). Esse sujeito tinha atuação nas ações pastorais da Igreja Católica, não sabia escrever, mas sabia ler. Como essa prerrogativa era cabedal para ser monitor das aulas radiofônicas, tornou-se monitor em uma comunidade com baixo número de pessoas alfabetizadas, diversa da comunidade em que morava. Portanto, participou do MEB com o intuito de ampliar conhecimentos e apoiar a escolarização de outras pessoas: “eu trabalhei oito anos como monitor. Teve vários que tiraram diploma e inclusive teve duas irmãs que foram pra Macapá, tiraram diploma, que até hoje eu ainda tenho diploma de uma aí guardado” (informação verbal).

O ex líder comunitário Rosurmiro afirmou que a motivação para o engajamento no MEB residia na possibilidade de obter conhecimentos, pois morava em comunidade rural com baixa oferta de serviços e bens. O MEB proporcionava intenso aprendizado, não somente para alfabetizar os alunos, mas também para amadurecer a convivência familiar, o fomento às decisões e ações coletivas, conhecer e ouvir outros moradores e junto com estes definir a programação e atividades para a região, como ele mesmo diz:

Eu aprendi ouvir os outros, eu aprendi a fazer junto com eles, porque eu queria mandar, não ia fazer. Já fazia no meio deles, já não fazia só eu, já fazia com muitos. Então eu aprendi muita coisa boa entre o MEB e a catequese, o MEB me ensinou muito e a catequese também me ensinou muito (informação verbal).

Percebe-se, nas entrevistas, a recorrência de fatores como a hipossuficiência financeira, a dificuldade de acesso a bens e serviços educacionais e o olhar sobre o cenário da alfabetização dos povos na Amazônia. Esta discussão agrega quatro eixos: quem se engajou no MEB sem motivo aparente; os que buscaram no MEB a oportunidade de emprego; os que buscaram a própria progressão educacional; e aqueles que concebiam o MEB como ferramenta para diminuir o analfabetismo na região de Santarém, em especial nas comunidades no curso do Rio Amazonas. Eram pessoas ligadas às organizações eclesiais, comunitárias, sociais e sindicais, entre outras formas de organização fomentadas pela Igreja.

Houve, também, três respondentes que não atuaram diretamente no MEB, entre eles o professor Mário Adônis. Este relatou que nunca teve uma relação direta com o MEB, mas tem a memória acerca da importância histórica do movimento no município de Santarém, bem como a relação entre a Igreja e o governo. Pondera com ênfase, dizendo que:

A história de instituições como o MEB que estiveram engajadas num processo de formação, não apenas de letramento, de escolarização, mas de formação política das populações, não apenas amazônica, mas das populações das camadas subalternas da sociedade brasileira, aja vista, o papel político desempenhado pelas instituições ou pelos sujeitos que passaram por esse processo educativo. Eu particularmente nunca tive nem uma relação direta com o Movimento de Educação de Base, porém, sempre nutri bastante admiração pelo trabalho, pelo desprendimento das pessoas que estiveram à frente, aja vista o trabalho por eles realizado diante dessa instituição (informação verbal).

A professora aposentada Irene Figueira verbalizou sobre o seu papel de direção na escola da esfera municipal e o trabalho articulado com a equipe do MEB nas comunidades da Região do Arapixuna. Dessa maneira, declarou que participava ativamente das atividades coletivas organizadas pelo MEB integradas com a escola e explicou que “era uma exigência da Igreja para que diretor, professor, fosse catequista” (informação verbal), enfatizando que o binômio professor-comunidade estava na base da totalidade dos sujeitos em sua realidade social.

Até hoje continua no Arapixuna. Escola sendo parceira de igreja e igreja sendo parceria de escola. Então eu acho que o que incentivava a gente era essa parceria, entre comunidade e igreja. E aí tinha o incentivo das lideranças maiores mesmo que não fosse na nossa comunidade. (Informação verbal).

Continuando, a professora Irene Figueira esclareceu sobre a participação na escola ao mobilizar os alunos da escola e os alunos do MEB para participar da Feira da Cultura Popular que era realizada em Santarém. Assim, sua participação indireta no MEB, se deu por meio do movimento comunitário, escola e Igreja.

O Pe. Edilberto Sena também não atuou diretamente no MEB, mas, por trabalhar na Rádio Rural, teve experiência com a transmissão do programa “Nossa voz, Nossa Vida”, produzido pelo movimento. Sobre essa atuação, declarou:

Só para você ter uma ideia, a Rádio Rural começou em 64, de fato como MEB, a serviço do MEB – Educação de Base Radiofônica, mas eu só comecei a trabalhar em rádio, na Rádio Rural em 1976, quando eu vim de Monte Alegre (confidencial). Então comecei a fazer um programa de manhã, foi minha primeira experiência de rádio, isso aí é outro ponto. Sobre o MEB, eu não fui de fato nem colaborador do MEB, porque eu estava em outro aspecto, outra situação (Informação verbal).

Embora tenham se envolvido indiretamente no Movimento de Educação de Base em Santarém, esses três sujeitos reforçam a percepção de que a proposta do movimento focava a formação integral do ser humano. Observa-se que sua disponibilidade e militância são transversais às atividades da Igreja, da Escola e da Comunidade, contribuindo para essa formação integral ocorresse de modo pleno, entre o homem do campo e da cidade, na relação

política, na medida em que os temas geradores propostos no início de cada aula radiofônica atendiam à necessidade de compreensão da importância do campo para a cidade e vice-versa. Logo, em postos de atividades diferentes e até mesmo fora do movimento, suas ações são complementares e indissociáveis do processo de efetivação e continuidade das atividades do MEB nas comunidades, na sua vida cotidiana.

### 5.2.2 Atividades de interesse

Indagado sobre as atividades a que dedicava maior interesse, Rivelino Lacerda enfatizou a memória afetiva pretérita, relacionada com as ações do MEB quando era adolescente, engajado nas pastorais da Igreja Católica, em ações de catequese e organização comunitária. Revela também as atividades de dedicada à alfabetização de adultos, quando era colaborador do MEB por meio da parceria com a Prefeitura Municipal de Santarém, na fase mais recente do movimento.

Olha! da época que eu atuei no MEB, como eu falei, já era o final, já o MEB já estava praticamente fechando as portas. Eu destaco aqui a ligação forte que tinha das aulas de alfabetização para o público adulto nas periferias de Santarém, não é! Voltadas para a organização do povo, né! Então, nós usávamos o método Paulo Freire, que era forma da gente dialogar com a comunidade sobre os problemas dela. Então nós não ensinávamos a ler e escrever a partir de outro método, que não fosse do diálogo, conhecer a realidade, a partir dela tentar refletir e fazer com essas pessoas intervissem. É, eu lembro, é! não da minha época, mas de um época um pouco anterior, das Feiras da Cultura Popular. As feiras da cultura popular. Os campeonatos de futebol populares, organizados pelo MEB eram coisas que reunia, é! times de futebol, que traziam, é! muita gente das comunidades para se reunir aqui na cidade para disputa de campeonatos traziam, é!, a produção da cultura popular das comunidades, frutas, tecidos de palha de tucumã, é!, cuias, tudo que você possa imaginar da cultura das comunidades eles traziam para esta grande feira. Era um negócio espetacular! pena que na minha época, na época que eu atuei no MEB, já não tinha mais isso, só tinha mesmo, já a parte de alfabetização, mas que era voltada para o fortalecimento das organizações, é! dos bairros da cidade (Informação verbal).

A professora Cláudia Laurido destacou as atividades de supervisão, planejamento, acompanhamento de monitores e das turmas, os cursos de formação e as atividades relativas ao fortalecimento do movimento social. A professora Edna Reis participou da programática para a alfabetização de adultos, capacitação, treinamento e organização do movimento social. No período de participação no MEB, não tem registro da realização de atividades culturais. Destacou que essas atividades motivaram a investir na graduação em nível superior.

Olha! eu sempre gostei de participar de tudo, basicamente. Então assim, se eu tenho uma afinidade? Tudo que eu participei, tudo que eu consegui me inteirar foi muito importante para minha formação. E dentro do MEB, como eu já falei anteriormente, a alfabetização de adultos, essa área mais educativa, era uma das principais atividades. Quando eu entrei, eu ainda não tinha faculdade e foi uma das exigências, de que a gente estudasse mais, porque eu precisava de mais conhecimento para ajudar os professores. Aí eu lembro que era eu, a (nomes confidenciais), que não tínhamos a faculdade e que já faziam parte da equipe. E aí a gente se empenhou e dissemos “Vamos estudar!” Formamos um grupo. E era uma época bem complicada, porque não sei se tu te lembras, que faltava energia que era uma beleza aqui na Santarém. Aí a gente estudava mesmo assim, botava a lamparina e mandava vê. A (nome confidencial) também fazia parte desse grupo também e a gente estudava e conseguimos passar, todos três passaram e fomos fazer pedagogia na mesma sala! (risos)” (Informação verbal)

Oportunamente, o Senhor Benune desenvolveu atividades no MEB como aluno, mas tinha engajamento sistemático com a coordenação do movimento. Promovia hospedagem e alimentação às equipes em visita e realizava a acolhida na comunidade. O senhor Tomas considerou as atividades de ler e escrever como as principais atividades realizadas pelo MEB, convergindo para ampliar a capacidade de aprendizado e participação social dos alunos, pois as habilidades escrever e assinar o nome significavam a presença no processo das eleições. Ele afirmou: “Olha! o meu maior interesse era ver eles escreverem e ler. Eu tinha necessidade de ver eles lerem e escrever. Por exemplo, na eleição eu queria que eles soubessem assinar o nome deles, pra mim era um prazer!” (Informação verbal).

O senhor Rosurmiro desenvolvia atividades com adolescentes, especialmente na prática esportiva e na monitoria das aulas radiofônicas do MEB. Também investia no movimento sua habilidade como brincante e músico, tocando instrumentos de corda como o banjo, e também como organizador das atividades folclóricas e dos concursos de *misses* nas Feiras de Cultura.

A professora Irene Figueira e o Pe. Edilberto Sena, embora não fossem diretamente integrados ao MEB, descreveram algumas atividades realizadas no movimento.

A professora Irene Figueira descreveu as atividades desenvolvidas em conjunto com a escola e com as pastorais da Igreja Católica, enquanto líder comunitário e à frente da direção da escola na comunidade de Arapixuna, que, na ocasião, oferecia ensino regular. Ademais, propiciava apoio às turmas multisseriadas do MEB, incentivando o entrosamento com os monitores, principalmente quando as aulas funcionavam no espaço da escola.

O Pe. Edilberto Sena relatou sobre o serviço de comunicação social da Diocese, a própria educação de base, a escola radiofônica, evangelização, notícias e serviço de correios. Isso justificava a existência da Rádio Rural como instrumento da comunicação entre a Igreja e as comunidades. O informante enfatizou:

A rádio, ela surgiu para a educação de base, portanto a motivação do Tiago ao criar a rádio foi torná-la um instrumento da escola radiofônica que era a Educação de base, portanto que era a sua essência. Agora ele criou com outros critérios, a evangelização, os programas, depois notícias. A rádio passou a ser também um tipo de correio. (Informação verbal).

Ressalta-se que um dos sujeitos entrevistados não respondeu a esse quesito.

Os dados obtidos traduzem a complexidade de atividades que eram realizadas e envolviam os participantes em diferentes dimensões, seja na esfera da educação, seja na evangelização, seja, ainda, na organização da comunidade. A visibilidade dessas atividades se dá na objetividade e na subjetividades dos sujeitos que as rememoram, reacendendo o sentimento de pertencimento, da lembrança pretérita do lugar onde residiam, aguçando a dimensão identitária com a comunidade e com a cultura local.

### 5.3 Visões da cultura nas atividades do MEB

Considerando a variedade de atividades desenvolvidas pelo MEB em diferentes frentes, bem como o interesse desta pesquisa na dimensão cultural do movimento, os entrevistados foram instados a se manifestar sobre o lugar da cultura entre as atividades mais notórias do MEB, no período em que dele participaram.

#### 5.3.1 A cultura como eixo transversal

O professor Rivelino Lacerda, reconhecendo que as ações eram diversas e em áreas diferentes do conhecimento, ressaltou que todas elas atendiam a uma forma diferente de aprender: as aulas de alfabetização para adultos na periferia de Santarém; o uso do método Paulo Freire; as Feiras de Cultura Popular e o fortalecimento da organização comunitária. Conforme expressou:

Olha! da época que eu atuei no MEB, como eu falei, já era o final, já o MEB já estava praticamente fechando as portas. Eu destaco aqui a ligação forte que tinha das aulas de alfabetização para o público adulto nas periferias de Santarém, não é! Voltadas para a organização do povo, né! Então, nós usávamos o método Paulo Freire, que era forma da gente dialogar com a comunidade sobre os problemas dela. Então nós não ensinávamos a ler e escrever a partir de outro método, que não fosse do diálogo, conhecer a realidade, a partir dela tentar refletir e fazer com essas pessoas intervissem. É, eu lembro, é! não da minha época, mas de um época um pouco anterior, das Feiras da Cultura Popular. As feiras da cultura popular. Os campeonatos de futebol populares, organizados pelo MEB eram coisas que reunia, é! times de futebol, que traziam, é! muita gente das comunidades para se reunir aqui na cidade para disputa de campeonatos traziam, é!, a produção da cultura popular das comunidades, frutas, tecidos de palha de tucumã, é!, cuias, tudo que você possa

imaginar da cultura das comunidades eles traziam para esta grande feira. Era um negócio espetacular! (Informação verbal).

A professora Cládia Laurido, que atuou no MEB apenas na década de 1990, quando o movimento mantinha parceria com a Prefeitura, destacou a realização da Feira da Cultura Popular, mas considerou que a atividade mais notória era a alfabetização de adultos: “Quando eu entrei, o MEB ficou muito voltado para a questão da alfabetização” (Informação verbal).

A mesma consideração foi feita por Edna Reis, pois no período de sua atuação no MEB (anos 1990) a alfabetização de adultos recebia maior atenção do movimento, mas havia atividades culturais, notadamente quanto à cultura dos povos amazônicos.

O senhor Benune apontou ações de destaque operacionalizadas pelo MEB, como a preparação da comunidade para participar das edições da Feira de Cultura Popular. Tem uma memória afetiva sobre esses eventos e falou da competência para armar as barracas, por ocasião das feiras, na cidade de Santarém:

Nós não temos mais essas coisas. Por que já tá assim tudo moderno. Não querem mais cipó, não querem mais varinha. E naquela época não, tudo ia daqui pra fazer a casa lá, em Santarém. Ia num barquinho, numa canoa grande, num barco maior e lá os comunitários iam fazer a casa junto com outras comunidades. E a primeira Feira da Cultura Popular mesmo não existiu pregos em nenhuma casa... (Informação verbal).

O senhor Tomas considerou mais notórias as ações desenvolvidas pelo MEB na comunidade onde era monitor com o objetivo de organização da Feira da Cultura Popular. Sobre isso declarou:

É, eu tenho uma noçãozinha assim. A gente fazia aquela feira e o pessoal (os alunos) davam o produto que eles arranjavam pra gente vender. Aquela venda voltava pra comunidade. Agora o que era de lá do MEB que vinha, se eu vendesse tudo era pra lá pro MEB. Era assim que a gente trabalhava (Informação verbal).

As informações repassadas por Rosurmiro expressam sua participação nas Feiras de Cultura Popular, anunciadas como principal atividade do MEB, pois promovia a mobilização de todas as comunidades. Falou da sua tarefa de organizar as candidatas ao Concurso de Rainha e na produção de alimentos e bebidas para colocar à venda na Feira. Referiu, também, os estudos sobre plantio de diversas frutas e a existência do Conselho Comunitário nas comunidades, organizados pela equipe do MEB.

As feiras que faziam, a comunidade participava. Cada comunidade ia se inscrever e fazia uma barraca lá. O tempo que a gente levava candidatas pra concorrer, quem era a mais bonita, as rainhas. Nós *usava* essas coisas assim. E eu era o encarregado disso, levava comigo esse pessoal, lá davam a comida, a bebida, tudo por conta lá. E era bonito, era bacana! E o resultado que a gente tinha e que a cada ano, nós *tinha* qualquer coisa de gratificação. (Informação verbal).

Entre os entrevistados que não eram engajados diretamente nas atividades MEB, o professor e ex seminarista Mário Adônis destacou as Feiras da Cultura Popular, as oficinas de formação para animadores de cultura e monitores, os encontros de lideranças, os tríduos de jovens, a formação comunitária e o fortalecimento político das lideranças. Declarou:

Eu creio que o MEB foi uma instituição que colaborou sobremaneira para as oficinas de formação política das lideranças que trabalhavam com as comunidades eclesiais de base, retiros de jovem (eu não sei a expressão correta seriam retiros mesmo), os tríduos etc. Então, eu acho que essas ações foram de fundamental importância para a formação política que de certa forma instigou, deu formação e instigou os comunitários a se engajarem politicamente na liderança comunitária. (Informação verbal).

A professora Irene Figueira destacou a gincana como uma atividade emblemática entre aquelas atinentes à cultura, pois envolvia toda a comunidade para participar e competir. Muitas vezes era necessário fazer pesquisa para conhecer a realidade das comunidades para, posteriormente, produzir as apresentações. As ações de organização da comunidade e a elaboração de paródias completaram a relação de atividades coordenada pelo MEB nas comunidades. Sobre isso afirma:

Olha! eu acho assim que a cultura em si ela era mais trabalhada por esse pessoal do MEB até porque a gente trazia a cultura da.. Assim, a religião, você trazia o que você participava na sua comunidade de religião. Teve um ano que nós trouxemos o Círio de Santana para apresentar era uma das coisas que eles exigiam na gincana aí nós tivemos que fazer toda eu tinha até as fotos. Assim, nós fizemos aquela carruagem nós tivemos que montar ela e fazer todo aquele processo tivemos que conseguir com uma moradora que tinha aquela naquela época nós tínhamos assim pouco dinheiro e conseguimos com uma moradora uma santa assim pequena (Informação verbal).

O Pe. Edilberto Sena agrupou como atividades notórias organizadas pelo MEB em Santarém as edições da Feira de Cultura Popular, a rádio enquanto transmissora das ações do MEB, o concurso de rainhas, a evolução da consciência e educação de base, e as aulas radiofônicas.

As feiras populares foi um sucesso, pena que acabou, mas eram excelente, eram bem preparadas, bem participadas e bem produzidas. Esse era o evento. Fora disso, não sei se houve algum concurso do MEB, não me lembro, mas para mim o que se destacou como efeito prático, além das pessoas que evoluíram na consciência através da Educação de Base. (Informação verbal).

Todos os respondentes, engajados diretamente ou não no MEB, citam uma série de ações com expressiva notoriedade, desenvolvidas em diferentes fases do Movimento de Educação de Base. Todos apontam a realização das Feiras de Cultura Popular como evento mobilizador da participação comunitária e da discussão sobre a cultura local. A memória dos entrevistados trouxe a importância que se dava, àquela época, à mobilização das comunidades



para apresentarem candidatas à Rainha da Feira, participarem das partidas de futebol, na produção para exposição e venda de iguarias e frutos, além do incentivo aos seus cantores e compositores para concorrerem no festival da poesia e no show de calouros “A voz de Ouro”.

Outras atividades emblemáticas, como a formação política e a qualificação de líderes, possibilitavam aos participantes do MEB a ampliação do conhecimento crítico sobre a realidade e a disposição das estratégias para realizar as ações coletivas na comunidade. Portanto, as ações do MEB emergiam no interior das comunidades e bairros como focos de sentimentos de pertencimento do lugar, legitimidade cultural e reconhecimento do saber popular enquanto expressão do conhecimento demonstrado por cada comunidade.

### 5.3.2 As relações entre a Igreja, o MEB e a cultura na ditadura

O professor Rivelino Lacerda considerou valorosa a iniciativa da igreja com a implantação do MEB em seus dois eixos centrais: a educação e a organização da comunidade, mesmo no período de exceção. Diz: “Isso era admirável! O regime permitia o MEB. Na rádio não era tão aberto, mas na ponta o monitor sabia o que fazer” (informação verbal). E reforça a louvável iniciativa de D. Tiago Ryan para a rádio, mesmo no período ditatorial no Brasil, afirmando que “ele era visionário” (informação verbal).

As informações repassadas pela professora Cláudia Laurido traduzem sua participação no MEB no final dos anos 1970, eximindo-se de fazer considerações ou relato de fatos relacionados com sua participação e a prática coercitiva do regime militar.

Para Edna Reis, a efervescência do movimento social e dos partidos políticos marcaram o período da ditadura, conforme seu conhecimento da literatura produzida acerca do assunto. Não conviveu com processos de negação, não tem registro de cerceamento das atividades do MEB durante o regime militar, tanto no campo quanto na cidade. Simplesmente, afirma: “Eu não tinha noção” (informação verbal).

O professor Mário Adônis, mesmo sem engajamento direto no MEB, apresentou algumas considerações sobre o papel na Igreja Católica no governo militar. Considerou a Igreja católica nociva para a sociedade, tratando-a como “um grupo altamente engajado politicamente” (informação verbal) que propicia a manutenção de processos de poder para permitir a obediência e a subalternidade. Considera, ainda, que a burguesia é adversária das lutas subalternas.

Já o senhor Benune, sem se aprofundar em detalhes, disse que no período da ditadura houve apenas uma “revoltinha”, inclusive com registro de óbito em decorrência de arma de fogo e disparos à bandeira brasileira.

Na percepção do senhor Tomas, durante o período ditatorial no Brasil refletiam-se nos participantes do MEB o medo quanto a investidas coercitivas. Porém, segundo disse, nunca foram impedidos de realizar as atividades do MEB. No mesmo sentido, a professora Irene Figueira revelou a existência desse receio, mas disse que sentia segurança na Igreja, pois alguns padres eram destemidos. Sabiam que eram vigiados, mas não “falavam duas vezes” (informação verbal).

O Pe. Edilberto Sena, que não atuou diretamente no MEB, não considerou o movimento como uma iniciativa revolucionária, mesmo reconhecendo o papel de D. Tiago no enfrentamento ao analfabetismo. Enfatizando que o MEB teve origem nas aulas de base para alfabetizar adultos na no Nordeste, esclareceu que essa estratégia estava no lastro do surgimento das Ligas Camponesas e na retração do comunismo. Ressaltou, também, a relação da Igreja com o Estado, por meio do MEC, e destacou anúncios de acordos de cooperação financeira que desencadearam o encerramento gradativo das ações do MEB na região Amazônica e em Santarém.

Vamos começar com Igreja, na pessoa de D. Tiago. O D. Tiago foi camarada que nunca foi um político partidário ele não era um esquerdista na nossa linguagem. Ele era um padre missionário só ele tinha uma coisa, na minha análise, e tinha um espírito irlandês. Ele era um norte americano filho de irlandês. E o irlandês era um lutador. Sabe da história da Irlanda do Norte e Irlanda do sul para se romper com a Inglaterra. Então ele tem o espírito de guerreiro. D. Tiago tinha um pouco desse espírito. Quando ela chegou aqui, na visão dele, o analfabetismo na região, nesse mesmo período de 62 antes da ditadura lá no Nordeste um fulano de tal que virou um extremante conservador o (nome confidencial) ele era bispo , lá no Rio Grande do Norte. Em reação ao comunismo as Ligas Camponeses estavam se espalhando no nordeste, o bispo católico, em contraponto ao comunismo ele criou as aulas de base no Rio Grande do Norte começou a criar alfabetização de adultos. A partir daí foi se expandindo, expandindo a ideia depois se passou para o Movimento de Educação de Base. Então é isso aí era a igreja foi responsável por isso (Informação Verbal).

Estes resultados demonstram profundas disparidades nas visões sobre a Igreja Católica, o MEB e as ações de cultura popular durante o regime militar no Brasil. Diversos sujeitos não mencionaram qualquer investida coercitiva do governo sobre as ações do MEB, mas reconheceram o medo de que elas acontecessem. Isso é paradoxal, pois os monitores, professores e supervisores do MEB, capacitados para a formação pedagógica e organização das comunidades, mas não teceram críticas ao regime.

Os resultados também ajudam a compreender os arranjos da Igreja Católica com o Estado, bem como a sua participação nas diretrizes de desenvolvimento país. O MEB não foi alvo das ações dos militares, pois, de certa forma, contribuía para retrair o comunismo, apregoar a inserção comunitária e, sobretudo, exercer o controle social sobre a vida dos povos amazônicos.

### 5.3.3 A concepção de cultura popular entre os entrevistados

As repostas dos entrevistados diretamente engajados no MEB concordaram, em grande parte, como a definição dada por Rivelino Lacerda de que cultura popular “é tudo aquilo que o povo produz”. Na sua perspectiva, defende a existência de cultura “sem mais ou menos” e anuncia a “Cultura da Amazônia”, a “cultura cabocla de rio como a nossa cultura”, emanada do povo.

Ah! A minha concepção de cultura popular é tudo aquilo, pra mim, é tudo aquilo que o povo produz. E povo daqui da nossa região produz belezas, eu me arrepio, só de imaginar, o quanto esse povo daqui da nossa região, ele produz cultura. E não é uma cultura qualquer, não é? Isso em Sociologia, a gente não admite cultura mais, cultura menos, eu também não admito isso, mas nossa cultura para nós, que é uma cultura da Amazônia, uma cultura cabocla, cultura da beira do rio, do cara que conta piada, do cara que conta história entendeu? do cara que vê visagem, né? do cara que tem receita para te ensinar de um remédio, com a plantinha, lá do quintal dele. Daquele que faz a farinha gostosa, que faz o Tarubá com a pussanga, né? que tem tessumes, que a gente fica encantado de ver, né?. Pra mim, essa é uma cultura muito local, muito nossa. Eu sei, que se a gente for para outros lugares, a gente vai vê outras culturas, mas não iguais a dos caboclos daqui, da nossa região, entendeu? Aqui, a minha concepção muito humilde de cultura, é essa! Cultura popular, é a cultura que vem do povo, é aquela que o povo produz. É o fazer do Povo. (Informação verbal)

A professora Cláudia Laurido relatou dificuldade de definir a concepção de cultura popular, mas se serviu do exemplo da Feira de Cultura Popular para expor seu entendimento sobre as representações da cultura dos povos ribeirinhos, destacando suas diferentes manifestações com base na crença de que a cultura reside nas especificidades das diferentes realidades, e de que cada sociedade manifesta culturalmente tudo aquilo que lhe é peculiar. Na sua visão, a contribuição do MEB se deu no sentido de clarificar para a sociedade local a necessidade de valorizar as manifestações, o cotidiano, o modo de vida como elementos de cultura.

Eu trabalhei na minha dissertação com essa nomenclatura né! e para nós é sempre complicado trabalhar “O Popular” porque o popular é difícil de definir ele, porque quem é o popular? É o povo? Que povo é esse? Então sempre fica uma questão né, mas eu vejo que no caso do MEB quando ele trabalha essa questão das feiras eu acredito que é muito voltada para a questão da população, principalmente a beirinha, do interior, a valorização desse modo de ser, esse modo de vivência deles, porque eu acredito, eu não tive essa experiência mas eu acredito que a experiência do MEB nessas comunidades foi muito importante para a organização dessas comunidades, como também para eles aprenderem muita coisa que essas comunidades acabaram contribuindo. Porque eu acho que a cultura ela tem essa via de mão dupla né, um vai interferindo no outro. Então no caso aqui eu penso que está voltado para essas comunidades, está voltado para esses ribeirinhos, no qual o MEB teve atuação no sentido dessa cultura mais amazônica, nesse aspecto porque também fala de Amazônia né?! Então a Amazônia é muito diversificada, não dá para você incluir numa categoria um conceito que abrange todo um mundo porque existe a especificidade né?! Como tu falaste a questão do Ribeirinho que vive na várzea, no planalto é e tudo campo, mas não é a mesma coisa. Então eu acredito que essa

cultura popular ela está muito ligada a esse modo de viver dessas comunidades.  
(Informação verbal)

A ex monitora Edna Reis tomou a cultura popular como base para entender a vida, avaliando que as manifestações culturais de um dada sociedade revelam a vida do lugar, o movimento, a satisfação, a criatividade. Para esse sujeito, a cultura manifesta toda a humanidade do ser vivente. Continuou versando, em forma de lamento, sobre a pouca valorização da cultura popular, pois considera que a elite não valoriza as manifestações culturais do povo, embora este seja fidedigno em suas formas de criar e validar as próprias expressões culturais.

Para mim a cultura é tudo, é uma base. Infelizmente a gente tem essas barreiras com a cultura popular, mas é ela que movimenta, eu acho que ela não morre só porque não tem um evento, ela continua aí. Quando a gente faz qualquer atividade, e isso eu tenho muita precisão de falar porque eu trabalho no campo com muita frequência, gente a criatividade é assim um negócio fantástico. Vocês não têm ideia! A cultura ela tá aí, ela não morreu. Ela não tá exposta muitas vezes, ou as vezes têm grupos que não se interessam por esse lado, mas é a cultura do nosso povo, é a vida do nosso povo, é o que faz a gente brotar enquanto ser humano, um dos aspectos, é o aspecto cultural. Então pra mim a cultura é isso, é vida, é movimento, é satisfação, é valorização. Quando a gente vê uma pessoa semianalfabeta ou analfabeta pegando o microfone e falando as coisas com tanta precisão, com tanta categoria...ah! sai palavra errada? Sai! Mas gente o que sai de coisa boa dita! Quando a gente vê alguém, em algum lugar cantado, a gente tem essa oportunidade de ver muito isso no interior, as pessoas têm uma criatividade incrível. Então a cultura está aí, ela não é tão valorizada pela elite, mas é valorizada pelas pessoas que fazem parte dela. E aí a gente tem sempre essa briga aí pelo que é culturalmente válido, mas acho que tudo é culturalmente válido, mesmo que as pessoas não queiram, o governo não queira, os grandes não queiram... mas a gente tá aí promovendo a cultura! O ser humano é maravilhoso nesse sentido! (Informação Verbal)

O lamento é seguido por Mário Adônis, para quem “a cultura do povo está acabada”, na medida em que versa sobre a cultura de outro povo, sobre o que vem de fora. Porém, esse sujeito é enfático ao considerar sobre uma cultura própria, inclusive registrou que na comunidade existia o catequista popular e as mulheres protagonizavam diversas áreas do movimento cultural no interior do MEB.

A concepção de cultura popular apresentada por Benune refere-se à troca de ideias. Segundo ele, o MEB propiciava essa troca intensa de ideias com os moradores das comunidades em que atuava, acompanhando uma pluralidade de eventos e diferentes formas de manifestação da cultura popular em Santarém. Essa mesma concepção é trazida por Tomas, ao considerar a cultura relacionada à convivência com as outras comunidades, a troca, a experiência de conhecer pessoas. Para ele, nas Feiras de Cultura Popular estiveram aglutinadas as referências para obter uma concepção do necessário “resgate” da cultura.

Entre os entrevistados que não participaram diretamente das ações do MEB, o Mário entendeu que cultura popular significa a expressão das formas de viver e resulta da relação entre os seres para produzir bens capazes de satisfazerem às necessidades da própria reprodução. No contexto amazônico, ressaltou o resquício da educação jesuítica no Brasil, quando foram transplantados modelos culturais de outros povos e inseridos no cotidiano do povo da região.

Cultura enquanto modo humano de existir, ela resulta da relação entre seres humanos com a sua realidade, dos seus semelhantes, na perspectiva de produzir os bens capazes para satisfazerem as suas necessidades e garantir a sua sobrevivência. Então a cultura resulta dessa relação. Ocorre que no Brasil, aquilo que a professora Luiza Romaneli chama de “transplante cultural”, por isso que após 210 anos da educação jesuítica, nós ainda não conseguimos nos libertar dos efeitos desse transplante cultural, em que consiste esse transplante cultural? De veiculação de determinados valores culturais que estão completamente descolados da nossa realidade, que não resultaram da relação direta do ser humano com o meio do qual eles estão inseridos na produção de existência. Ele começou a cultivar valores outros que não tem nada a ver com essa realidade. Aí tem uma diferença entre a cultura erudita e a cultura popular(...) A festa do sairé perdeu o seu caráter de cultura popular porque foi utilizado como cultura de consumo, cultura de massa, cultura para atrair turista, não é mais aquela autentica manifestação cultural. Isso revela como as nossas elites dominantes são cruéis e hábeis para se utilizar das manifestações populares e se utilizar delas. (Informação verbal)

Para a professora Irene Figueira todo movimento é cultura. Cultura é “maior que a gente acha ou pensa que seja”. A cultura de um povo está expressa nas manifestações culturais, no folclore, no calendário escolar, na música, na festa de santo e na participação da comunidade.

Por fim, o Pe. Edilberto Sena exemplificou suas ideias, fazendo menção a uma escultura em madeira produzida por um autor pouco conhecido, de um Cristo ressuscitado que se contrapõe às imagens tradicionais de Cristo crucificado. Segundo ele, a obra gerou controvérsias no seio do próprio clero, pois estava ressignificada e sem acabamento. O entrevistado citou este exemplo para afirmar que cultura é aquilo que é do povo, que é de alguém para o povo. E acrescentou:

Eu não sou um artista. Cultura popular, vou exemplo de uma cultura popular que eu prezei, que fui eu que pedi. Eu fui vigário há 5 anos atrás ali na Guadalupe, Nova República, e lá tinha um escultor o popular, no bairro. E eu então fui com ele e disse: *mano, vamos tirar essa ideia de Jesus crucificado, Jesus venceu a morte. Então quero que você faça um Jesus ressuscitado.* Eu peguei uma estampazinha dei pra ele, e ele foi trabalhar em madeira, marupá aquela madeira fácil de trabalhar. Ele fez um baita de um Cristo, que a igreja de Guadalupe é grande. Fez um baita de um Cristo lá, bonito, para mim, embora não entenda muito de arte, mais bonita a expressão ele copiou que tinha aquele papel, só que na hora de fazer quando foi a mão de Jesus que ficou fininha e a mão desse tamanhão e os pés dele, a canela dele tá fina do Jesus, mas com roupa, lindo ai (palmas). Ficou pregado lá. Aí um dia (nome confidencial), meu amigo, entrou na igreja, olhou e disse: *que coisa feia! Só faltei olhar para ele: Seu filho duma égua isso aqui é cultura popular um artista local aqui do bairro que fez com muito prazer isso aqui.* (...). Mas, aí para acabar a

história quando o (nome confidencial) entrou agora lá que fez a revolução na igreja, tá todo *chic* lá. O (supressão) tirou. (*Supressão*), *tu não entende de arte. – Não padre aquilo ali eu coloque no Salão Paroquial*. E colocou um Cristo Crucificado, concepção de crucificado. Não jogou fora. Está lá no salão. Tá lá encostado. Não é onde é o lugar dele. (Informação verbal).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno das realizações das Feiras da Cultura Popular entre os anos de 1964 a 1984 em Santarém oportunizou momentos de muitas reflexões a respeito de acontecimentos registrados naquele período por ocasião inicialmente da organização e elaboração do Primeiro Projeto da Feira da Cultura Popular em Santarém. Para consolidar tal projeto é importante lembrar o papel que o Movimento de Educação de Base – MEB desempenhou a frente das organizações populares e que influenciou a iniciativa dos coordenadores do MEB para a realização das reuniões afim de que se discutisse a realização de um projeto que juntasse o homem do campo e o homem da cidade numa mesma articulação e que lhe proporcionasse uma interação sociocultural possibilitando a troca de experiência.

A questão problema que norteou esta pesquisa que teve como pergunta: A atuação da Igreja católica, por meio dos movimentos de cultura popular promovidos pelo MEB em Santarém, pode ser considerada ou não, um elemento construtivo para o fortalecimento da identidade cultural e formação da intelectualidade dos atores sociais envolvidos nas atividades no período de 1964 – 1984? Obteve-se como resposta a partir do discurso dos entrevistados que, o Movimento de Educação de Base desenvolveu um importante papel na formação intelectual das pessoas que viviam no campo naquela época e que não só na questão educacional, mas na formação integral das pessoas.

Esta pesquisa proporcionou um conhecimento específico sobre a relação que se estabeleceu entre o homem do campo e sua cultura, a relação entre o meio ambiente seus espaços de produção oportunizando melhor entendimento da dinâmica entre o meio e sua capacidade de produção. O MEB ajudou o homem do campo na sua formação educacional, a partir da sua necessidade de educar-se para a vida em coletividade, utilizando o rádio para difundir conhecimento e diminuir o índice de analfabetismo existente nas comunidades amazônicas naquele período.

Ao analisar as concepções de cultura popular e a atuação da igreja católica, por meio do MEB tendo por referência as práticas e discursos dos agentes envolvidos nas ações no campo da cultura, observou-se que muita das atividades desenvolvidas pelo movimento despertou nas pessoas envolvidas a valorização da saber, dos modos de viver e de ser que era próprio dos povos tradicionais que participaram das edições de Feira de Cultura Popular naquele período.

Para difundir conhecimento, o MEB trabalhou além da educação outras propostas de conhecimento e desenvolvimento intelectual a partir das práticas culturais comuns a trabalho do homem do campo. Nesse sentido, foi trabalhada a questão religiosa com formação de catequistas e membros leigos para o serviço da igreja, questões voltadas ao civismo como a valorização da bandeira nacional como símbolo de independência, esporte como práticas importantes para o desenvolvimento físico do homem além, de inúmeras práticas de produção de confecção de artesanato para fins de produção em grande escala proporcionando a venda desta produção para melhor subsidiar a vida cotidiana do homem.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC Rio de Janeiro *In: O que documenta a fonte oral*: possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – 1996. Disponível em: [www.bibliotecadigital.fgv.br](http://www.bibliotecadigital.fgv.br). Acesso em 28 de jan. 2019.

BENTES, A. J. **Contribuição ao processo de avaliação da participação política de lideranças nos movimentos sociais em Santarém**. Manuscritos, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em 28 de jan. 2019

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 4.024/1961 de 20 de dezembro de 1961**. Ministério da Educação – Brasília, DF, 1961.

BURKE, Peter. A descoberta do povo. *In: Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 26-49

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. *In: A Escrita da história*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 7-37.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas, poderes oblíquos**. São Paulo: EDUSP, 2006.

CASTRO, Ruth Cavalcanti Garcia de. **MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1992.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012

COLARES, Anselmo Alencar. **Sociedade e educação em Santarém – PA: estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984)** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

COSTA, Maria Aída B. *et al.* **MEB: Uma história de muitos**. Cadernos de Educação Popular, 10. Petrópolis: Vozes/Nova, 1986.

CHARTIER, Roger. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995, p. 179 -192.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. *In: Crítica y emancipación: Revista latino-americana de Ciencias Sociales*. Año 1, n.1, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008 – ISSN 1999-8104.

CHIZZOTTI, Antônio: **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

CUNHA, Alda Maria Borges. Relembrando os radinhos vestidos. *In: Movimento de Educação de Base – MEB 40 anos: crônicas*. Brasília: MEB, 2001.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Traduzido por Sandra Castello Branco. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular, educação popular: memórias dos anos 60**. Rio de Janeiro, Edição Geral, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de história. *In: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, n.1, p. 127, jan./jun. 2006.

GABLER, Aurenice de Araújo; ALMEIDA; Francisco E.G.; FILHO, Lauro N.M. **MEB – Vinte anos em Santarém: suas contribuições na emancipação do homem**. Trabalho de Conclusão de Curso. Colegiado de Pedagogia – Universidade Federal do Pará, 1996.

GHIRALDELLI, Júnior P. História da Educação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. *In: CASTRO, César Augusto. Ensino e Biblioteca: Diálogo possível. Transinformação*. Campinas, 15 (1):63-72 jan./abr. 2003. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em 28 jan. 2019



KEHL, Maria Rita *et.al.* Resistência da Sociedade Civil às grandes violações de Direitos Humanos. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Vol. II, Textos Temáticos.** Disponível em: [ww4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads](http://ww4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads). Acesso em 11 jun. 2019

LEFF, Enrique. A cultura como mediação entre os processos econômicos e processos ecológicos. *In: Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.* Petrópolis: Vozes, 2009. p. 98 – 142

LEROY, Jean-Pierre René Joseph. **Uma chama na Amazônia.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

LIMA, Luiz da Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. *In: JORGE, Marina Soler. Cultura Popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro.* Natal-RN, Cronos, v7, n1, p.173-182, jan./jun. 2006 Disponível em: [www.periodicos.ufrn.br](http://www.periodicos.ufrn.br) Acesso em: 12 fev. 2019.

MARTINS BRANDÃO, Maria Alice. *In: JACCOUD, Vera et.al. MEB: Uma história de muitos.* Petrópolis: Vozes/Nova,1986.

MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. *In: MIRANDA, Edna Lopes; FIUZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte.* RESR, Piracicaba, SP, Vol.55, N.01, p.123-136, jan./mar. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. **A Travessia do popular na contra-dança da educação.** Tese (Doutorado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985.

SENA, Edilberto Francisco Moura. **Uma Revolução que ainda não aconteceu: Movimentos Sociais no Baixo Amazonas, exuberância e fragilidade de 1978 a 2014.** Santarém: Gráfica e Editora Brasil, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Leusa Alves de Moura. **Educação Popular e Sindicalismo: o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu/GO.** Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2006.

THOMPSON, Edward P. “Intervalo a lógica”. *In: A miséria da teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 47 – 62.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **A voz do passado**: história oral. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educar para transformar**: educação popular igreja católica e política do movimento de educação de base. Petrópolis: Vozes, 1984

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.